



Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

OUTUBRO/2025

PODER JUDICIÁRIO

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ

SEÇÃO DE CONFORMIDADE E ORIENTAÇÃO CONTÁBIL

Declaração do Contador

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de outubro de 2025 do Superior Tribunal de Justiça.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de outubro de 2025 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de outubro de 2025, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI.

Brasília, 27 de novembro de 2025.

Alanclei Barros
CONTADOR
CRC – 016293/O-0

Apoio Técnico
Artur Henrique Alencar Cabral
Gabriel de Araujo Sobrinho
Giovanna Guedes Cabral Barbosa
Vanôres Ferreira da Silva Júnior

Sumário

DECLARAÇÃO DO CONTADOR.....	2
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	5
LISTA DE TABELAS.....	7
APRESENTAÇÃO.....	8
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	9
BALANÇO PATRIMONIAL (BP).....	9
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP).....	11
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO).....	12
BALANÇO FINANCEIRO (BF).....	14
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC).....	16
BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	17
RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	18
NOTA EXPLICATIVA 1 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	25
NOTA EXPLICATIVA 2 – DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO E A LONGO PRAZO.....	25
NOTA EXPLICATIVA 3 – ESTOQUES.....	27
NOTA EXPLICATIVA 4 – IMOBILIZADO.....	27
NOTA EXPLICATIVA 5 – INTANGÍVEIS (SOFTWARES).....	30
NOTA EXPLICATIVA 6 – DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS.....	30
NOTA EXPLICATIVA 7 - FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR.....	31
NOTA EXPLICATIVA 8 - PROVISÕES DE CURTO PRAZO.....	31
NOTA EXPLICATIVA 9 – DEMAIS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO.....	32
NOTA EXPLICATIVA 10 – DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS LP – CONTA VINCULADA.....	33
NOTA EXPLICATIVA 11 – DEMAIS RESERVAS E AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	33
NOTA EXPLICATIVA 12 – SUPERÁVIT OU DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL.....	33
NOTA EXPLICATIVA 13 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS.....	34
NOTA EXPLICATIVA 14 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS.....	34
NOTA EXPLICATIVA 15 – RESULTADO PATRIMONIAL.....	35
NOTA EXPLICATIVA 16 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO.....	37

NOTA EXPLICATIVA 17 – RESULTADO FINANCEIRO40

NOTA EXPLICATIVA 18 – GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA40

ANEXOS42

ANEXO I - RECURSOS FINANCEIROS DISTRIBUÍDOS POR FONTES42

ANEXO II - RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE ALMOXARIFADO – RMA43

ANEXO III - RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE BENS – RMB44

ANEXO IV - BENS EM PODER DE TERCEIROS, CEDIDOS A OUTROS ÓRGÃOS E EM PROCESSO DE LOCALIZAÇÃO45

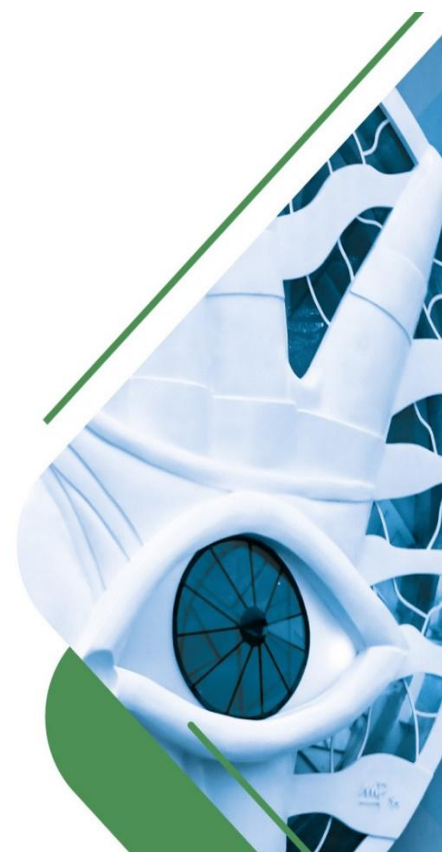
ANEXO V - DOS BENS IMÓVEIS46

ANEXO VI - TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA.....47

ANEXO VII - PASSIVOS DE PRECATÓRIOS.....48

ANEXO VIII - EXECUÇÃO DA LOA 202549

ANEXO IX – INTANGÍVEIS COM VIDA ÚTIL DEFINIDA.....50



Lista de Abreviaturas e Siglas

AH	Análise Horizontal
AV	Análise Vertical
BA	Bem Avaliado
BACEN	Banco Central
BF	Balanço Financeiro
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
CB	Custo do Bem
CDE	Cotas de Depreciação Equivalente
CEF	Caixa Econômica Federal
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CJF	Conselho da Justiça Federal
CMA	Custo Mensal de Amortização
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CS	Custo do Software
CUTN	Conta Única do Tesouro Nacional
DEA	Despesas de Exercícios Anteriores
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DODF	Diário Oficial do Distrito Federal
DOU	Diário Oficial da União
EC	Estado de Conservação
ENFAM	Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados
GDF	Governo do Distrito Federal
IN	Instrução Normativa
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ITG	Interpretação Técnica de Normas Brasileiras de Contabilidade convergentes com as normas internacionais do <i>International Accounting Standards Board</i>
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MTO	Manual Técnico do Orçamento
NBC TSP	Norma Brasileira de Contabilidade Técnica do Setor Público
NE	Nota Explicativa
PL	Patrimônio Líquido
PSSS	Plano de Seguridade Social do Servidor
PVU	Período de Vida Útil
RMA	Relatório de Movimentação de Almoxarifado
RMB	Relatório de Movimentação de Bens Móveis
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPV	Requisição de Pequeno Valor
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

SPU	Secretaria do Patrimônio da União
STJ	Superior Tribunal de Justiça
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCU	Tribunal de Contas da União
TED	Termos de Execução Descentralizada
UG	Unidade Gestora
UO	Unidade Orçamentária
VCLM	Valor Líquido Contábil de Mercado
VD	Valor de Depreciação
VM	Valor de Mercado
VPA	Varição Patrimonial Aumentativa
VPD	Varição Patrimonial Diminutiva
VR	Valor Residual

Lista de Tabelas

TABELA 1 – REGIME DE CAIXA X REGIME DE COMPETÊNCIA.....	23
TABELA 2 – CRÉDITOS A RECEBER	25
TABELA 3 – AJUSTE PARA PERDAS DE CRÉDITOS ADMINISTRATIVOS	26
TABELA 4 – ESTOQUE	27
TABELA 5 – IMOBILIZADOS (MÓVEIS X IMÓVEIS)	28
TABELA 6 – DOS IMÓVEIS	29
TABELA 7 – INTANGÍVEIS.....	30
TABELA 8 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	31
TABELA 9 – PROVISÕES A CURTO PRAZO	31
TABELA 10 – PASSIVOS PARA PRECATÓRIOS E PROVISÃO PARA RPVs*	32
TABELA 11 – PASSIVOS PARA PRECATÓRIOS DA JANELA.....	32
TABELA 12 – CONTA PRECATÓRIOS DE TERCEIROS	33
TABELA 13 – SALDOS GARANTIAS.....	34
TABELA 14 – SALDOS DE ENCERRAMENTO	34
TABELA 15 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....	35
TABELA 16 – RESULTADO PATRIMONIAL	35
TABELA 17 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (COMPARATIVO)	35
TABELA 18 – EXECUÇÃO DE DESPESAS POR ELEMENTO	37
TABELA 19 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	39
TABELA 20 – RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	39
TABELA 21 – RESULTADO FINANCEIRO	40
TABELA 22 – GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	41

Apresentação

As Demonstrações Contábeis do Superior Tribunal de Justiça (STJ) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Observam, também, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Nossas Demonstrações têm a finalidade de apresentar à sociedade a situação e os resultados orçamentário, financeiro e patrimonial desta Corte. Elas são compostas pelo Balanço Patrimonial (BP), pela Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pelo Balanço Orçamentário (BO), pelo Balanço Financeiro (BF) e pela Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e são acompanhadas pelas notas explicativas (NE).

O BP tem por objetivo evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) por meio de contas representativas do patrimônio público por ele gerido, bem como os atos potenciais.

A DVP visa evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

O BO, por sua vez, objetiva demonstrar a execução orçamentária de receitas e de despesas ao longo do exercício, confrontando as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA) com aquelas efetivamente realizadas.

O BF tem por objetivo evidenciar os ingressos e dispêndios orçamentários e extraorçamentários realizados no exercício, conjugados com os saldos advindos do exercício anterior e aqueles que são transferidos para o exercício seguinte.

A DFC visa evidenciar as origens e as aplicações das disponibilidades financeiras obtidas pela entidade, classificando-as em três grupos de atividades: operacionais, de investimento e de financiamento. Além de mostrar as origens e aplicações das disponibilidades financeiras, tal demonstração evidencia o fluxo líquido de caixa do STJ.

A atividade de conformidade contábil tem como objetivo assegurar a integridade, a fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), que é o sistema do governo federal em que são executados os atos e os fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. O resultado das análises das demonstrações financeiras e dos demais relatórios do SIAFI podem ser acessados no Portal de Transparência do STJ no endereço: <https://transparencia.stj.jus.br/demonstracoes-contabeis/>.

A gestão de custos, nos termos da NBC TSP 11 e NBC T 16.11, é informada pela Assessoria de Conformidade Integridade e Risco, no Relatório de Gestão 2023, disponível no Portal da Transparência do STJ.

Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

ATIVO

ESPECIFICAÇÃO	NE	31/10/2025 (R\$)	31/12/2024 (R\$)	AH
ATIVO CIRCULANTE		705.841.408,55	518.931.111,23	36,02%
Caixa e Equivalente de Caixa	<u>01</u>	634.313.171,45	438.244.298,39	44,74%
Créditos de Curto Prazo	<u>02</u>	67.307.744,23	76.932.729,85	-12,51%
Estoques	<u>03</u>	4.187.492,87	3.667.526,39	14,18%
VPDs Pagas Antecipadamente		33.000,00	86.556,60	-61,87%
ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.833.608.469,11	635.940.680,20	188,33%
Ativo Realizável a Longo Prazo		9.000.597,86	9.155.096,98	-1,69%
Créditos a Longo Prazo		9.000.597,86	9.155.096,98	-1,69%
Demais Créditos e Valores a LP	<u>02</u>	9.000.597,86	9.155.096,98	-1,69%
Demais Créditos e Valores		9.753.310,81	9.804.400,54	-0,52%
(-) Ajustes Perdas Demais Créd. e Valores		-752.712,95	-649.303,56	15,93%
(-) Ajustes Perdas em Créditos a LP	<u>02</u>	-	-	-
Imobilizado		1.744.888.272,77	562.991.464,41	209,93%
Bens Móveis	<u>04</u>	151.054.180,24	150.593.856,51	0,31%
Bens Móveis		192.135.499,66	168.055.259,65	14,33%
(-) Depreciação		-41.081.319,42	-17.461.403,14	135,27%
Bens Imóveis	<u>04</u>	1.593.834.092,53	412.397.607,90	286,48%
Bens Imóveis		1.593.953.096,21	412.424.411,09	286,48%
(-) Depreciação	<u>04</u>	-119.003,68	-26.803,19	343,99%
Intangível		79.719.598,48	63.794.118,81	24,96%
Softwares		79.719.598,48	63.794.118,81	24,96%
Softwares	<u>05</u>	81.879.182,60	65.835.650,82	24,37%
(-) Amortização	<u>05</u>	-2.159.584,12	-2.041.532,01	5,78%
TOTAL DO ATIVO		2.539.449.877,66	1.154.871.791,43	119,89%

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	NE	31/10/2025 (R\$)	31/12/2024 (R\$)	AH
PASSIVO CIRCULANTE		145.040.843,33	242.915.019,74	-40,29%
Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar CP	<u>06</u>	67.902.983,13	80.513.259,49	-15,66%
Fornecedores e Contas a Pagar – CP	<u>07</u>	1.805.350,66	1.865.267,70	-3,21%
Provisões a Curto Prazo	<u>08</u>	4.955.760,12	66.161.536,27	-92,51%
Demais Obrigações a CP	<u>09</u>	70.376.749,42	94.374.956,28	-25,43%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		33.456.779,33	31.385.693,99	6,60%
Provisões a Longo Prazo		54.072,56	54.072,56	0,00%
Demais Obrigações a LP	<u>10</u>	33.402.706,77	31.331.621,43	6,61%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.360.952.255,00	880.571.077,70	168,12%
Demais Reservas	<u>11</u>	1.311.108.566,38	113.330.521,90	1056,89%
Resultado Acumulados		1.049.843.688,62	767.240.555,80	36,83%
Resultado do Exercício		272.668.460,95	42.543.545,17	540,92%
Result. de Exercícios Anteriores		767.240.555,80	819.091.532,66	-6,33%
Ajustes de Exercícios Anteriores	<u>11</u>	9.934.671,87	-94.394.522,03	-110,52%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.539.449.877,66	1.154.871.791,43	119,89%

ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	NE	OUT/25 (R\$)	DEZ/24 (R\$)
ATIVO (I)		2.539.449.877,66	1.154.871.791,43
Ativo Financeiro		634.313.171,45	438.244.298,39
Ativo Permanente		1.905.136.706,21	716.627.493,04
PASSIVO (II)		551.267.091,34	367.600.091,21
Passivo Financeiro		472.736.972,78	228.373.061,09
Passivo Permanente		78.530.118,56	139.227.030,12
SALDO PATRIMONIAL (III = I – II)		1.988.182.786,32	787.271.700,22

SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

ESPECIFICAÇÃO	NE	OUT/25 (R\$)	DEZ/24 (R\$)
			SUPERÁVIT/DÉFICIT
RECURSOS NÃO VINCULADOS			144.912.242,31
RECURSOS VINCULADOS			16.663.956,36
Seguridade Social (Exceto Previdência)			277.241,56
Previdência Social (RPPS)			-
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas			16.386.714,80
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	<u>12</u>		161.576.198,67

COMPENSAÇÕES

ESPECIFICAÇÃO	NE	OUT/25 (R\$)	DEZ/24 (R\$)
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	<u>13</u>	59.976.567,90	35.125.846,96
Garantias e Contragarantias Recebidas		34.314.253,97	35.125.846,96
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		25.662.313,93	-
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	<u>14</u>	696.343.217,50	460.230.714,15
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		3.440.536,37	3.455.583,66
Obrigações Contratuais		692.902.681,13	456.775.130,49

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

ESPECIFICAÇÃO	NE	31/10/2025 (R\$)	31/10/2024 (R\$)	AH
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	15	2.419.785.557,06	2.119.928.614,21	14,14%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		67.062.807,02	57.121.177,94	17,40%
Taxas		67.062.807,02	57.121.177,94	17,40%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		2.543.319,11	7.142.370,34	-64,39%
Venda de Mercadorias		34.080,55	38.593,03	-11,69%
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		2.509.238,56	7.103.777,31	-64,68%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		565,68	1.307,51	-56,74%
Transferências e Delegações Recebidas		2.259.817.166,23	2.029.252.578,18	11,36%
Transferências Intragovernamentais		2.259.600.126,43	2.029.198.684,68	11,35%
Outras Transferência e Delegações Recebidas		217.039,80	53.893,50	302,72%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		26.965.759,78	2.396.589,43	1025,17%
Ganhos com Incorporação de Ativos		7.557.835,16	2.396.489,12	215,37%
Ganhos com Desincorporação de Passivos		19.407.924,62	100,31	19347845,99%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		63.395.939,24	24.014.590,81	163,99%
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		58.920.484,09	21.420.495,31	175,07%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		4.475.455,15	2.594.095,50	72,52%

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

ESPECIFICAÇÃO	NE	31/10/2025 (R\$)	31/10/2024 (R\$)	AH
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	15	2.147.117.096,11	1.923.894.472,90	11,60%
Pessoal e Encargos		890.871.184,17	814.324.482,24	9,40%
Remuneração a Pessoal		707.927.736,75	646.037.759,65	9,58%
Encargos Patronais		114.104.607,24	109.601.101,09	4,11%
Benefícios a Pessoal		58.116.164,40	48.548.681,09	19,71%
Outras Variações Patrim. Diminutivas – Pessoal e Enc.		10.722.675,78	10.136.940,41	5,78%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		418.137.645,70	390.304.468,21	7,13%
Aposentadorias e Reformas		351.787.969,82	326.517.325,60	7,74%
Pensões		64.929.514,71	62.446.773,54	3,98%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.420.161,17	1.340.369,07	5,95%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		390.946.758,09	316.225.289,32	23,63%
Uso de Material de Consumo		9.098.044,59	15.221.234,18	-40,23%
Serviços		357.723.019,84	281.920.897,35	26,89%
Depreciação, Amortização e Exaustão		24.125.693,66	19.083.157,79	26,42%
Variações Patrimoniais Dim. Financeiras		10.488,48	5.978,91	75,42%
Transferências e Delegações Concedidas		114.163.586,52	188.073.783,94	-39,30%
Transferências Intragovernamentais		113.122.587,42	187.504.963,37	-39,67%
Transferências ao Exterior		5.435,30	4.944,31	9,93%
Outras Transferências e Delegações Concedidas		1.035.563,80	563.876,26	83,65%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		326.263.075,40	208.238.895,53	56,68%
Reav. Red. a Valor Rec. e Ajustes para Perdas		16.705.816,54	2.523.100,94	562,11%
Perdas Involuntárias		15.250,00	-	100,00%
Incorporação de Passivos		304.969.888,35	197.696.176,10	54,26%
Desincorporação de Ativos		4.572.120,51	8.019.618,49	-42,99%
Tributárias		126.804,52	159.407,56	-20,45%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		47.072,35	40.673,69	15,73%
Contribuições		79.732,17	118.733,87	-32,85%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		6.597.553,23	6.562.167,19	0,54%
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		6.597.553,23	6.562.167,19	0,54%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III = I - II)	15	272.668.460,95	196.034.141,31	39,09%

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

ESPECIFICAÇÃO	NE	Previsão Inicial (A) (R\$)	Previsão Atualizada (B) (R\$)	Receitas Realizadas (C) (R\$)	Saldo (D = C - B) (R\$)	% Realizado (C/B) (R\$)
RECEITAS CORRENTES	<u>16</u>	2.415.877,00	2.415.877,00	48.553.569,09	46.137.692,09	-
Receitas Tributárias		-	-	46.943.965,52	46.943.965,52	
Receita Patrimonial		2.166.549,00	2.166.549,00	1.372.684,10	-793.864,90	
Receitas de Serviços		73.654,00	73.654,00	96.492,49	22.838,49	
Outras Receitas Correntes		175.674,00	175.674,00	140.426,98	-35.247,02	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		2.415.877,00	2.415.877,00	48.553.569,09	46.137.692,09	-
DÉFICIT	<u>16</u>	-	-	2.222.689.790,88	2.222.689.790,88	-
TOTAL		2.415.877,00	2.415.877,00	2.271.243.359,97	2.268.827.482,97	-
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS			14.215.497,00		-14.215.497,00	
Superavit Financeiro						
Créditos Cancelados			14.215.497,00			

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

ESPECIFICAÇÃO	NE	Dotação Inicial (E) (R\$)	Dotação Atualizada (F) (R\$)	Despesas Empenhadas (G) (R\$)	Despesa Liquidadas (H) (R\$)	Despesas Pagas (I) (R\$)	Saldo da Dotação (J = F - G) (R\$)
DESPESAS CORRENTES		2.135.159.684,00	2.179.875.181,00	2.229.471.594,29	1.882.967.134,90	1.860.268.623,44	-49.596.413,29
Pessoal e Encargos Sociais		1.578.003.442,00	1.578.003.442,00	1.609.391.253,58	1.416.189.959,92	1.397.994.230,79	-31.387.811,58
Outras Despesas Correntes		557.156.242,00	601.871.739,00	620.080.340,71	466.777.174,98	462.274.392,65	-18.208.601,71
DESPESAS DE CAPITAL		112.374.590,00	81.874.590,00	41.771.765,68	20.499.576,38	20.340.397,44	40.102.824,32
Investimentos		112.374.590,00	81.874.590,00	41.771.765,68	20.499.576,38	20.340.397,44	40.102.824,32
TOTAL	16	2.247.534.274,00	2.261.749.771,00	2.271.243.359,97	1.903.466.711,28	1.880.609.020,88	-9.493.588,97

DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

ESPECIFICAÇÃO	NE	Inscritos Exercícios Anteriores (A) (R\$)	Inscritos 31/12/24 (B) (R\$)	Liquidados (C) (R\$)	Pagos (D) (R\$)	Cancelados (E) (R\$)	Saldo (F=A+B-D-E) (R\$)
DESPESAS CORRENTES		976.635,23	70.635.210,62	62.350.581,69	62.327.566,90	2.804.030,86	6.480.248,09
Outras Despesas Correntes		976.635,23	70.635.210,62	62.350.581,69	62.327.566,90	2.804.030,86	6.480.248,09
DESPESAS DE CAPITAL		356.828,03	21.330.703,60	21.151.276,87	21.151.276,87	237.942,22	298.312,54
Investimentos		356.828,03	21.330.703,60	21.151.276,87	21.151.276,87	237.942,22	298.312,54
TOTAL	16	1.333.463,26	91.965.914,22	83.501.858,56	83.478.843,77	3.041.973,08	6.778.560,63

DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

ESPECIFICAÇÃO	NE	Inscritos Exercícios Anteriores (A) (R\$)	Inscritos 31/12/24 (B) (R\$)	Pagos (C) (R\$)	Cancelados (D) (R\$)	Saldo (E = A+B-C-D) (R\$)
DESPESAS CORRENTES		48.459.805,35	39.760.913,06	63.277.167,87	54.074,67	24.889.475,87
Pessoal e Encargos Sociais		3.963,87	29.110.429,65	28.093.715,15	54.072,53	966.605,84
Outras Despesas Correntes		48.455.841,48	10.650.483,41	35.183.452,72	2,14	23.922.870,03
DESPESAS DE CAPITAL		80.774,79	701.986,43	701.986,43	-	80.774,79
Investimentos		80.774,79	701.986,43	701.986,43	-	80.774,79
TOTAL	16	48.540.580,14	40.462.899,49	63.979.154,30	54.074,67	24.970.250,66

BALANÇO FINANCEIRO (BF)

DOS INGRESSOS

ESPECIFICAÇÃO	NE	31/10/2025 (R\$)	31/10/2024 (R\$)
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	<u>17</u>	48.553.569,09	42.079.114,74
Vinculadas		49.433.006,92	54.198.564,81
Previdência Social (RPPS)		-	-
Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		49.433.006,92	54.198.407,30
Recursos Não Classificados		-	157,51
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-879.437,83	-12.119.450,07
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	<u>17</u>	2.259.600.126,43	2.029.198.684,68
Resultantes da Execução Orçamentária		2.258.270.524,31	2.022.875.422,79
Cota Recebida		2.249.820.272,88	2.009.255.218,77
Repasse Recebido		7.569.867,99	10.125.972,44
Sub-repasse Recebido		93.925,00	10.604,00
Sub-repasse Devolvido		786.458,44	3.483.627,58
Independentes da Execução Orçamentária		1.329.602,12	6.323.261,89
Transferências Rec. p/ Pagamento de RP			1.679,00
Demais Transferências Recebidas		159.245,04	161.103,37
Movimentação de Saldos Patrimoniais		1.170.357,08	6.160.479,52
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	<u>17</u>	440.426.583,27	446.474.443,39
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		22.857.690,40	23.242.041,28
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		367.776.648,69	395.424.321,22
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		24.971.392,55	3.876.538,39
Outros Recebimentos Extraorçamentários		24.820.851,63	23.931.542,50
Restituições a Pagar		3.296,44	594,28
Arrecadação de Outra Unidade		24.817.555,19	23.930.948,22
Demais Recebimentos		-	-
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR		438.244.298,39	466.696.622,58
Caixa e Equivalentes de Caixa		438.244.298,39	466.696.622,58
TOTAL		3.186.824.577,18	2.984.448.865,39

DOS DISPÊNDIOS

ESPECIFICAÇÃO	NE	31/10/2025 (R\$)	31/10/2024 (R\$)
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	<u>17</u>	2.271.243.359,97	2.098.014.638,83
Ordinárias		1.966.702.098,14	1.582.204.160,22
Vinculadas		304.541.261,83	515.810.478,61
Seguridade Social (Exceto Previdência)		-	173.313.328,00
Previdência Social (RPPS)		292.457.586,00	288.810.773,66
Dívida Pública		-	-
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		12.083.675,83	53.686.376,95
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	<u>17</u>	105.588.823,23	182.491.105,33
Resultantes da Execução Orçamentária		31.662.040,82	111.991.948,55
Repasso Concedido	<u>15</u>	4.144.860,79	2.498.901,41
Sub-repasso Concedido		21.561.950,00	19.069.670,00
Cota Devolvida		5.955.230,03	90.423.377,14
Independentes da Execução Orçamentária		73.926.782,41	70.499.156,78
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		690.899,52	70.782,03
Demais Transferências Concedidas		3.698,96	2.178,60
Movimento de Saldos Patrimoniais		73.232.183,93	70.426.196,15
DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS	<u>17</u>	175.679.222,53	175.430.461,77
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	<u>16</u>	63.979.154,30	51.121.730,95
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	<u>16</u>	83.478.843,77	118.695.793,12
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	<u>01</u>	20.691.070,57	599.079,66
Outros Pagamentos Extraorçamentários		7.530.153,89	5.013.858,04
Demais Pagamentos		7.530.153,89	5.013.858,04
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	<u>17</u>	634.313.171,45	528.512.659,46
Caixa e Equivalentes de Caixa		634.313.171,45	528.512.659,46
TOTAL		3.186.824.577,18	2.984.448.865,39

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

	NE	31/10/2025 (R\$)	31/10/2024 (R\$)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		238.262.533,80	176.014.238,11
INGRESSOS	<u>18</u>	2.357.945.939,70	2.099.085.880,31
Receita Tributária		46.943.965,52	39.984.825,92
Receita Patrimonial		1.372.684,10	1.806.694,00
Receita de Serviços		96.492,49	97.171,38
Outras Receitas Derivadas e Originárias		140.426,98	190.423,44
Outros Ingressos das Operações		2.309.392.370,61	2.057.006.765,57
Ingressos Extraorçamentários		24.971.392,55	3.876.538,39
Restituições a Pagar		3.296,44	594,28
Transferências Financeiras Recebidas		2.259.600.126,43	2.029.198.684,68
Arrecadação de Outra Unidade		24.817.555,19	23.930.948,22
Demais Recebimentos		-	-
DESEMBOLSOS	<u>18</u>	-2.119.683.405,90	-1.923.071.642,20
Pessoal e Demais Despesas		-1.875.012.184,00	-1.620.882.749,17
Judiciário		-1.151.608.158,12	-1.030.883.100,54
Essencial à Justiça		-5.077,36	-4.267,75
Administração		-	-4.017,75
Previdência Social		-397.325.627,26	-378.106.337,20
Transporte		-327,70	-
Encargos Especiais		-326.072.993,56	-211.885.025,93
Ordens Banc. Não Sacadas – Cartão de Pagamento		-	-
Transferências Concedidas		-110.861.174,21	-114.084.850,00
Intragovernamentais		-110.855.738,91	-114.079.905,69
Outras Transferências Concedidas		-5.435,30	-4.944,31
Outros Desembolsos das Operações		-133.810.047,69	-188.104.043,03
Dispêndios Extraorçamentários		-20.691.070,57	-599.079,66
Transferências Financeiras Concedidas		-105.588.823,23	-182.491.105,33
Demais Pagamentos		-7.530.153,89	-5.013.858,04
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	<u>18</u>	-42.193.660,74	-114.198.201,23
DESEMBOLSOS		-42.193.660,74	-114.198.201,23
Aquisição de Ativo Não Circulante		-25.650.543,74	-93.312.059,41
Outros Desembolsos de Investimentos		-16.543.117,00	-20.886.141,82
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		196.068.873,06	61.816.036,88
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		438.244.298,39	466.696.622,58
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		634.313.171,45	528.512.659,46

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Superior Tribunal de Justiça são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). São baseadas, também, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual SIAFI, editados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN/MF) e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade do setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB), respectivamente.

Dessa forma, as demonstrações são compostas por: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF) e Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). Essas demonstrações contábeis são acompanhadas pelas notas explicativas.

O objetivo principal das Demonstrações Contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio do STJ e contribuir na prestação de contas da gestão econômico-financeira realizada no período a que se referem. Nas demonstrações contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e as mutações do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira desta Corte.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

MOEDA FUNCIONAL

A moeda funcional utilizada é o Real, tendo em vista o disposto no item 5, alínea “a”, da ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução CFC n. 1.330/2011, combinado com o art. 5º da Lei n. 9.069/1995.

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Incluem dinheiro em caixa, conta única e demais depósitos bancários. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto 93.872/1986), é mantida no Banco Central (BACEN) e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União.

DEPÓSITOS EM GARANTIAS – CONTA VINCULADA

O Tribunal de Contas da União apresentou um novo entendimento sobre a forma de contabilização e apresentação dos valores retidos e depositados em contas vinculadas, passando a ser registrados como ativos em contrapartida a um passivo, conforme o Acórdão nº 2.717/2023 – TCU – Plenário. Em razão dessa nova avaliação, a *Macrofunção 021126 - Depósitos em Garantia* foi alterada, divulgando os novos procedimentos de forma mais detalhada.

CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Compreendem outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com adiantamentos de pessoal e suprimentos de fundos, créditos por dano ao patrimônio e decorrentes de folha de pagamento e créditos a receber por cessão de pessoal. Os valores são registrados com base no custo original de aquisição, acrescidos de correções monetárias e juros, quando aplicável. Também são feitos ajustes para possíveis perdas, considerando os riscos de não recebimento dos créditos a receber. No caso de créditos relacionados a danos ao patrimônio, a apuração é feita com base no valor original. As atualizações monetárias e os juros de mora são calculados por meio do sistema eletrônico “Sistema de Débito”, disponível no site do Tribunal de Contas da União (TCU).

TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA (TED)

Até o exercício de 2018, os lançamentos relativos aos TEDs eram contabilizados apenas em contas de controle. A partir de janeiro de 2019, passou-se a utilizar também a conta de Adiantamentos, sendo seu saldo gerado por lançamento contábil automático da Secretaria do

Tesouro Nacional (STN). No Balanço Patrimonial, os registros dos TEDs constam da conta Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.

ESTOQUES

Os estoques são avaliados e mensurados nas entradas pelo valor de aquisição, produção, construção ou avaliação; e nas saídas, pelo custo médio ponderado, conforme determina o art. 106, inciso III, da Lei nº 4.320/1964

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (VPDs) PAGAS ANTECIPADAMENTE

Compreendem pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPDs) antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo. A base de mensuração é o custo histórico.

ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Compreendem os direitos de longo prazo relacionados com créditos a receber decorrentes de folha de pagamento e danos ao patrimônio. Seus valores são mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos de atualização monetária e a incidência de juros de mora, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações e calculadas pelo 'Sistema de Débito' do sítio web do Tribunal de Contas da União. Compreendem ainda os ajustes para perdas com créditos a longo prazo.

É registrado, também, o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção, construção ou avaliação. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. A atualização dos valores históricos dos bens imóveis será realizada nas situações descritas no Art. 6º [Instrução Normativa STJ/GDG n. 20 de 12 de julho de 2024](#):

- I - quando aplicadas obras ou reformas, a título de benfeitoria, em valor percentual igual ou superior a vinte por cento do valor líquido contábil do imóvel;
- II - quando houver alteração de área construída ou tipologia do imóvel, independentemente do valor investido;
- III - quando for comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, entre outros;

IV - quando a data do último valor justo cadastrado no Sistema Corporativo da Secretaria de Patrimônio da União for igual ou superior a cinco anos.

Os gastos posteriores à aquisição, à construção ou à produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

INTANGÍVEL

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção das atividades jurisdicionadas do STJ ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

AVALIAÇÃO DE BENS (REAVALIAÇÃO E REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL)

Os procedimentos para registro da avaliação (reavaliação e redução a valor recuperável) no Superior Tribunal de Justiça têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, NBC TSP, MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e a Lei nº 10.180/2001. A metodologia de apuração das avaliações no STJ, descrita a seguir, está estabelecida na [Instrução Normativa STJ/GDG n. 20 de 12 de julho de 2024](#).

$$BA = VCLM * EC$$

$$VCLM = VM - CDE$$

Onde: BA (Bem Avaliado), EC (Estado de Conservação), VCLM (Valor Líquido Contábil de Mercado), VM (Valor de Mercado) e CDE (Cotas de Depreciação Equivalente)

DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO DOS BENS MÓVEIS E INTANGÍVEIS

A base de cálculo para a depreciação dos bens móveis e para a amortização dos intangíveis com vida útil definida é o custo do ativo, que compreende todos os custos diretos e indiretos. O método de cálculo utilizado é o das quotas constantes.

A depreciação ou a amortização é apurada mensalmente e, como regra geral, se inicia no mês seguinte ao que estiver disponível para uso. Porém, quando o valor do bem e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se o registro, em caráter de exceção, do cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Utiliza-se ainda a tabela constante no Manual SIAFI, Macrofunção 020330 - Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, que dispõe sobre a vida útil e o valor residual dos bens móveis.

A metodologia de cálculo para depreciação e amortização, constante do Anexo II da [Instrução Normativa STJ/GDG n. 20 de 12 de julho de 2024](#), é:

Depreciação

$$VD = (CB - VR) / PVU$$

Onde: VD (Valor de Depreciação), CB (Custo do Bem), VR (Valor Residual) e PVU (Período de Vida Útil)

Amortização

$$CMA = CS / PVU$$

Onde: CMA (Custo Mensal de Amortização), CS (Custo do Software) e PVU (Período de Vida Útil)

DEPRECIÇÃO DE BENS IMÓVEIS CADASTRADOS NO SPIUnet

A depreciação dos bens imóveis cadastrados no SPIUnet é apurada, mensal e automaticamente, pelo sistema SPIUnet. A depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle (art 11º da Portaria Conjunta STN/SPU nº 10, de 07/07/2023).

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU), segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

As obrigações do Superior Tribunal de Justiça (STJ) são registradas com base em valores já conhecidos ou passíveis de cálculo, acrescidos, quando aplicável, dos encargos decorrentes das variações monetárias e cambiais até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos são classificados em circulantes e não circulantes, abrangendo:

- obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- fornecedores e contas a pagar;
- provisões;
- demais obrigações.

Em conformidade com a orientação da Secretaria do Tesouro Nacional e o Acórdão TCU nº 1.331/2019 – Plenário, as obrigações relativas a Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV), referentes ao período de 03/04 a 31/12/2024, foram registradas nos passivos da Setorial Orçamentária e Financeira do Ministério da Fazenda. No âmbito do STJ, essas obrigações impactam apenas as contas de controle, conforme metodologia definida na Nota Técnica SPO/CJF nº 001/2023.

Adicionalmente, em atendimento ao Acórdão TCU nº 1.338/2014 – Plenário, os Precatórios e RPsVs previstos no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025 foram igualmente registrados

como passivos na Setorial Orçamentária e Financeira do Ministério da Fazenda, com reflexos nas contas de controle do STJ.

PROVISÕES DE CURTO PRAZO

As provisões são registradas quando há uma expectativa razoável de que ocorrerá uma saída de recursos no futuro, e o valor envolvido pode ser estimado com segurança. Nesse contexto, esta Corte estabeleceu as Provisões de Restos a Pagar Não Processados (RPNP) como instrumento de reconhecimento patrimonial para despesas cujo fato gerador possivelmente tenha ocorrido até o encerramento do exercício de 2024, mas cuja liquidação será concluída apenas em 2025.

DEMAIS RESERVAS

A constituição de saldos no grupo Demais Reservas ocorreu em atendimento à Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBC TSP 07, a qual orientou a STN transferir saldos relativos às reavaliações de bens imóveis da conta Variação Patrimonial Aumentativa – VPA das Demonstrações de Variações Patrimoniais (DVP) para a conta contábil Reservas de Reavaliação do Patrimônio Líquido (PL).

APURAÇÃO DO RESULTADO

Na modelo PACASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- **RESULTADO PATRIMONIAL**

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para esta Corte e quando puderem ser mensuradas confiavelmente. As VPD's são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ou no potencial de serviços para o STJ, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta “Superavit/Deficit do Exercício”. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), na qual também é evidenciado o resultado patrimonial do exercício, conforme prescreve o art. 104 da Lei nº 4.320/1964.

- **RESULTADO ORÇAMENTÁRIO**

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964¹. Desse modo, representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

O registro da receita orçamentária ocorre no momento da arrecadação, conforme art. 35 da Lei nº 4.320/1964, e decorre do enfoque orçamentário dessa Lei, tendo por objetivo evitar que a execução das despesas orçamentárias ultrapasse a arrecadação efetiva. Vale destacar que, segundo o mesmo artigo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas, o que representa a adoção do regime de caixa para o ingresso das receitas públicas.

A contabilização da receita orçamentária, decorrente da arrecadação tributária, ocorre por meio de registros automáticos com impacto a crédito nas contas de Variação Patrimonial Aumentativa e a débito na conta de Caixa e Equivalente de Caixa. Essa arrecadação é evidenciada no Balanço Orçamentário (BO) pela realização da receita; e nas Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP).

Por outro lado, há ocorrência também de registros de Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) no momento do lançamento do tributo, pois é por esse procedimento que se verifica a ocorrência do fato gerador do crédito tributário correspondente quando se determina a matéria tributável, o cálculo do montante do tributo devido e a identificação do sujeito passivo. Nesse caso, representa, de fato, o registro por competência.

O montante dos Impostos, Taxas e Contribuições (originados da prestação de serviços judiciais) apurados nas Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP) decorre de registro do ingresso da arrecadação tributária e de registro dos créditos tributários a receber. Já o somatório das Receitas Tributárias e das Receitas de Contribuições, evidenciadas no Balanço Orçamentário, é decorrente da arrecadação dos tributos pelo ingresso do recurso na Conta Única do Tesouro Nacional (CUTN).

TABELA 1 – REGIME DE CAIXA X REGIME DE COMPETÊNCIA

REGIMES DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO					
REGIME ORÇAMENTÁRIO			REGIME CONTÁBIL (PATRIMONIAL)		
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	ARRECADÇÃO	ART. 35 DA LEI Nº 4.320/1967 ¹	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	COMPETÊNCIA	NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, DE 2016

- RESULTADO FINANCEIRO**

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios (orçamentários e extraorçamentários) que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de unidade de tesouraria ou de caixa, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

¹ Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro: I - as receitas nele arrecadadas; II - as despesas nele legalmente empenhadas.

Enfim, cumpre esclarecer que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) exerce exclusivamente a função de arrecadação das taxas relativas aos serviços judiciários prestados, não possuindo competência tributária própria. Ressalta-se que os valores arrecadados não constituem receita própria do Tribunal, sendo integralmente recolhidos à Conta Única do Tesouro Nacional.

Notas Explicativas

NOTA EXPLICATIVA 1 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreende o somatório dos valores disponíveis no grupo de contas ‘Caixa e Equivalentes de Caixa, que totalizou ao final de outubro de 2025 o montante de R\$ 634.313.171,45.

- **CAIXA E EQUIVALENTES EM MOEDA NACIONAL**

Indica os recursos financeiros disponíveis para o STJ e estão discriminados por fontes no ‘Anexo I’. As fontes que costumam ter mais recursos financeiros são 1000, 1027, 1050, 1138, 1444 e 3000 e equivalem a cerca de 99,6% das disponibilidades financeiras atuais, sendo mantidas com recursos ordinários do Tesouro Nacional – Exercício Corrente – para aplicação nas atividades jurisdicionais do Tribunal, sem contrapartida. Seu saldo ao final do mês ora em análise é de R\$ 583.429.321,92, destacando que este valor se soma ao saldo de R\$ 533.323,57 de ordens de pagamento cuja ordem bancária correspondente só foi emitida no mês subsequente.

- **CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA – DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS**

Corresponde aos valores retidos como garantia, pela Administração, devidos aos contratados para a prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra e depositados em conta vinculada aberta em nome do contratado, referindo-se exclusivamente a verbas trabalhistas devidas aos empregados do contratado. O saldo desta conta ao final do mês ora em análise é de R\$ 50.350.460,29.

NOTA EXPLICATIVA 2 – DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO E A LONGO PRAZO

Correspondem aos créditos de direito em desfavor de terceiros por danos ao patrimônio do STJ e/ou acertos em folha de pagamento de pessoal. São monitorados, ainda, os créditos a receber por cessão de pessoal a outros órgãos e os adiantamentos relativos aos Termos Execução Descentralizada (TEDs).

Os Créditos a Receber a Curto Prazo e a Longo Prazo estão distribuídos conforme a tabela apresentada a seguir, estando os TEDs detalhados no ‘Anexo VI’.

TABELA 2 – CRÉDITOS A RECEBER

CONTAS	31/10/2025 (R\$)	31/12/2024 (R\$)	AH
CURTO PRAZO			
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	141.037,30	13.048.988,35	-98,92%
Adiantamento Concedido – Suprimento de Fundos	28.567,10	-	100,00%
Créditos a Receber por Danos ao Patrimônio – Folha de Pagamento	113.562,38	92.178,94	23,20%
Créditos a Receber por Dano ao Patrimônio – CP	957,90	-	100,00%
Valores a receber por devolução desp. estornadas – CP	-	-	-
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	82.289,12	144.259,83	-42,96%
Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada	66.941.330,43	63.647.302,73	5,18%

LONGO PRAZO			
Adiantamentos a prestadores de serviços – LP	12.873,00	12.873,00	0,00%
Créditos a Receber por Danos ao Patrimônio – Folha de Pagamento	572.529,63	623.619,36	-8,19%
Créditos a Receber por Dolo, Má-fé ou Fraude – LP	9.082.443,42	9.082.443,42	0,00%
Créditos a Receber por Danos ao Patrimônio – Terceiros	85.464,76	85.464,76	0,00%
(-) Ajuste por Eventuais Perdas de Créditos Administrativos	752.712,95	649.303,56	15,93%
TOTAL	76.308.342,09	86.087.826,83	-11,36%

“**Adiantamentos Concedidos a Pessoal - Curto Prazo**” – Grande redução observada na comparação entre o fim do exercício de 2024 e o mês fechado de outubro de 2025 se deve na sua maior parte a adiantamentos de gratificação natalina e salários pagos a servidores em novembro de 2024.

“**Adiantamento Concedido – Suprimento de Fundos - Curto Prazo**” – No mês ora em análise, os adiantamentos concedidos a título de suprimento de fundos são os seguintes: R\$ 17.994,16 para o CPF 00x.xxx.x51-44, R\$ 7.283,04 para o CPF 39x.xxx.x81-53, R\$ 2.689,90 para o CPF 57x.xxx.x51-72 e R\$ 600,00 para o CPF 66x.xxx.x11-68.

“**Crédito a Receber por Danos ao Patrimônio – Folha de Pagamento – Curto Prazo**” – Créditos a receber oriundos de acertos em folha de pagamento ou decorrentes de prejuízos causados por terceiros devidos por um período inferior a 12 meses.

“**Crédito a Receber por Danos ao Patrimônio Folha de Pagamento/Terceiros – Longo Prazo**” – Créditos a receber oriundos de acertos em folha de pagamento e os decorrentes de prejuízos causados por terceiros devidos por um período superior a 12 meses.

“**Crédito a Receber por dolo, má-fe ou fraude – Longo Prazo**” – Devido pelo CPF 83x.xxx.x77-20, em decorrência de recebimento indevido, no período de 13/10/1999 a 31/05/2016, de aposentadoria de servidora falecida em 13/10/1999.

“**Ajustes para Eventuais Perdas de Créditos Administrativos**” – Começou o ano de 2025 com o saldo de R\$ 795.004,51. Todavia, Ao final do mês ora em análise, após baixas por prescrição intercorrente acumuladas no decorrer do exercício no valor total de R\$ 42.291,56, seu saldo reduziu para o valor de R\$ 752.712,95. Destaca-se que os percentuais de baixas por perdas ou inscrição em dívida ativa no âmbito da União nos exercícios de 2022, 2023 e 2024 foram, respectivamente, 21,46%, 31,745% e 13,966% conforme memória de cálculo a seguir, elaborada em consonância com o Item 6.2 da Macrofunção STN 020342.

TABELA 3 – AJUSTE PARA PERDAS DE CRÉDITOS ADMINISTRATIVOS

MEMÓRIA DE CÁLCULO			
	2022 (R\$)	2023 (R\$)	2024 (R\$)
Créditos Adm. Danos ao Patrimônio Acumulados no Ano (A)	1.039.268,99	981.284,17	950.256,09
Baixas Diversas* (B)	223.049,01	311.510,51	132.711,05
% de Baixas Diversas (C) = (B) / (A)*	21,46%	31,745%	13,966%
Créditos Adm. – Baixas Diversas (D) = (A) – (B)	816.219,98	669.773,66	817.545,04
Créditos Administrativos Recebidos (E)	2.574,56	-	16.281,98

% recebido = (E) / (D)	0,315%	0,00%	2,032%
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO	813.645,42	669.773,66	801.263,06

* Baixas por prescrição ou inscrição em dívida ativa no âmbito da União.

NOTA EXPLICATIVA 3 – ESTOQUES

No encerramento do período, os estoques de almoxarifado totalizaram no sistema SIAFI R\$ 4.187.492,87, representando um aumento de 14,18% em relação ao final do período anterior. O gráfico a seguir ilustra a distribuição dos bens por categoria, sintetizando o detalhamento constante no Anexo II, extraído do Sistema Administra.

TABELA 4 – ESTOQUE

ESTOQUES	31/10/2025	31/12/2024	AH (%)
Materiais de Consumo	4.187.492,87	3.667.526,39	14,18%



NOTA EXPLICATIVA 4 – IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado compreende os bens tangíveis (corpóreos e materiais) mantidos pela entidade para utilização na produção ou fornecimento de bens e serviços, bem como para fins administrativos. Incluem-se também os ativos decorrentes de operações que transferem à entidade os benefícios, riscos e controle desses bens.

No âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o imobilizado é classificado em dois grupos: bens móveis e bens imóveis, sendo apresentado a seguir sua composição atualizada até o final do mês ora em análise:

TABELA 5 – IMOBILIZADOS (MÓVEIS X IMÓVEIS)

	31/10/2025 (R\$)	31/12/2024 (R\$)	AH (%)
BENS MÓVEIS (V = I - II)*	151.054.180,24	150.593.856,51	0,31
Valor Bruto Contábil (I)	192.135.499,66	168.055.259,65	14,33
Depreciação (II)	-41.081.319,42	-17.461.403,14	135,27
BENS IMÓVEIS (VI = III - IV)*	1.593.834.092,53	412.397.607,90	286,48
Valor Bruto Contábil (III)	1.593.953.096,21	412.424.411,09	286,48
Depreciação (IV)	-119.003,68	-26.803,19	343,99
TOTAL LÍQUIDO (VIII = V + VI)	1.744.888.272,77	562.991.464,41	209,93

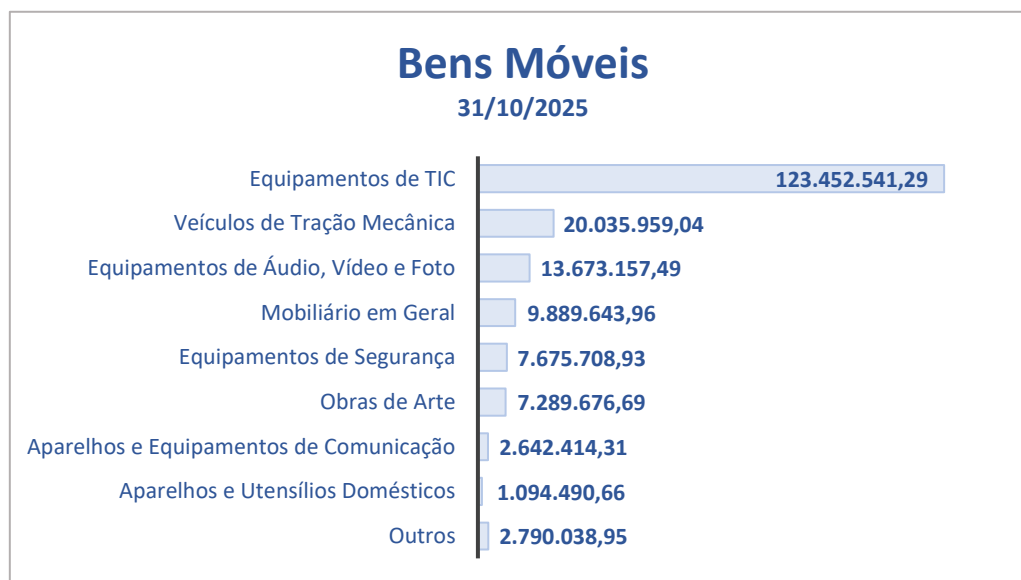
* O detalhamento do grupo bens móveis consta no Anexo III e dos bens imóveis no Anexo V.

• DOS BENS MÓVEIS

Os bens móveis do Superior Tribunal de Justiça (STJ), cujos valores atualizados até o mês ora em análise, são registrados e gerenciados por meio do Sistema Administra (gerenciamento interno), plenamente integrado ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). O detalhamento completo desses bens está disponível no Anexo III, que os apresenta distribuídos entre as respectivas contas contábeis.

O gráfico a seguir ilustra as categorias de bens móveis com maior relevância contábil, indicando seus respectivos saldos, já depreciados, em reais.

BENS MÓVEIS	31/10/2025	31/12/2024	AH (%)
SALDO TOTAL	164.605.789,98	188.543.631,32	14,54%



É relevante observar que o saldo de bens móveis informado no Relatório de Movimentação de Bens (RMB) é de R\$ 188.543.631,32, enquanto o valor registrado no Sistema SIAFI é de R\$ 192.135.499,66. A diferença de R\$ 3.591.868,34 decorre da forma como os materiais bibliográficos são contabilizados: no Sistema Administra, utilizado internamente pelo STJ, essas movimentações são

registradas no Relatório de Movimentação de Acervo (RMA); já no SIAFI, os mesmos itens são classificados como “Imobilizado”, especificamente na conta “Material de Uso Duradouro”.

Cabe destacar que a próxima atualização do sistema interno, que contempla sua migração para a plataforma web, incluirá os ajustes necessários para harmonizar as informações entre os dois sistemas.

DOS BENS IMÓVEIS

Os imóveis de uso especial são cadastrados e administrados por meio do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), o qual está integrado ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). A exceção se dá quanto ao registro da depreciação, que é efetuado diretamente no SIAFI, por meio de arquivo específico encaminhado à Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

O detalhamento dos imóveis sob responsabilidade desta Corte encontra-se no Anexo V – Bens Imóveis, sendo apresentado na tabela a seguir o valor líquido patrimonial correspondente a esse grupo.

TABELA 6 – DOS IMÓVEIS

DESCRIÇÃO	2025 (R\$)
Bens de Uso Especial Registrados no SIPUnet	1.593.953.096,21
(-) Depreciação Acumulada	-119.003,68
TOTAL	1.593.834.092,53

- **AVALIAÇÃO BENS IMÓVEIS**

Em conformidade com a Instrução Normativa STJ/GP nº 20, de 12 de julho de 2024, os bens imóveis do Superior Tribunal de Justiça foram avaliados em março do exercício corrente. No exercício anterior, esses imóveis haviam sido atualizados em 3,62%, conforme previsto na Lei GDF nº 7.368, de 26 de dezembro de 2023 (IPTU), publicada no DODF nº 241-B, de 27 de dezembro de 2023.

A avaliação realizada seguiu a metodologia estabelecida pela Instrução Normativa STJ/GP nº 20, de 22 de novembro de 2019. Ressalta-se que o STJ promoveu nova regulamentação sobre o tema, com base na Portaria Conjunta STN/SPU nº 10, de 4 de julho de 2023, consolidada na Instrução Normativa STJ/GDG nº 20, de 12 de julho de 2024.

A partir dessa normativa, a Comissão de Avaliação de Bens Imóveis do STJ — instituída pela Portaria STJ/GDG nº 604, de 26 de julho de 2024 — realizou a avaliação dos bens, cujo resultado foi formalizado no Relatório de Avaliação anexado ao Processo STJ nº 27902/2024.

Como consequência, o saldo da conta de bens imóveis, que era de R\$ 412.397.607,90 ao final de 2024, passou para R\$ 1.593.590.978,75 em março de 2025, mês em que os novos valores apurados pela Comissão foram registrados no SIAFI.

NOTA EXPLICATIVA 5 – INTANGÍVEIS (SOFTWARES)

Corresponde aos softwares adquiridos e/ou desenvolvidos pelo Tribunal, cuja composição dos saldos registrados no Balanço Patrimonial, inclusive quanto à amortização, se observa na tabela a seguir. Os valores relativos aos bens intangíveis com vida útil definida estão individualizados e detalhados por software no Anexo IX.

TABELA 7 – INTANGÍVEIS

BENS INTANGÍVEIS							
C. CONTÁBIL	INTANGÍVEL	SALDO INICIAL	ADIÇÃO	BAIXA	REAV.	AMORTIZAÇÃO	SALDO FINAL
124110101	Software com Vida Útil Definida	2.165.269,13	-	-	-	2.159.584,12	5.685,01
124110201	Software com Vida Útil Indefinida	63.670.381,69	16.043.531,78	-	-	-	79.713.913,47
	TOTAL	65.835.650,82	16.043.531,78	-	-	- 2.159.584,12	81.879.182,60

NOTA EXPLICATIVA 6 – DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS

Este grupo abrange os compromissos financeiros relacionados a salários, remunerações e benefícios assegurados aos servidores, como aposentadorias, reformas, pensões, encargos sociais e benefícios assistenciais. Incluem-se também os precatórios vinculados a essas obrigações, desde que com vencimento no curto prazo. Para fins contábeis, essas obrigações são classificadas em três categorias: Pessoal a Pagar, Benefícios Previdenciários a Pagar e Encargos Sociais a Pagar. Os saldos detalhados ao término do período ora analisado encontram-se detalhados abaixo na tabela 8.

Cabe destacar que, no encerramento do exercício de 2024, foram cancelados os empenhos de DEA nº 2024NE000003, 2024NE000011 e 2024NE000990, sem a correspondente baixa do passivo patrimonial, cujos valores totalizam R\$ 41.204.824,27 (2024NE000003 + 2024NE000990) e R\$ 712.838,78 (2024NE000011). A regularização desses passivos no exercício atual constitui o principal fator responsável pela redução significativa observada na tabela 8 abaixo nos itens Salários, Remunerações e Benefícios e Encargos Sociais a Pagar.

Especificamente em relação à variação observada na tabela 8 abaixo no item Décimo Terceiro Salário a Pagar, esclarecemos que seu saldo é alimentado mensalmente com a apropriação dos duodécimos sendo baixado mensalmente em contrapartida da conta de ativo 13º Salário – Adiantamento, nos termos do item 4.2.2.4 da Macrofunção STN 021142 (Folha de Pagamento). Como a conta de adiantamento tem acumulado pouco ou nenhum saldo ao final de cada mês desde junho deste exercício, a conta de passivo Décimo Terceiro Salário a Pagar está, desde então, aumentando significativamente seu saldo com a apropriação mensal dos duodécimos.

TABELA 8 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO

DESCRIÇÃO	2025 (R\$)	2024 (R\$)	AH (%)
PESSOAL A PAGAR (I = II + III + IV)	67.392.254,88	79.326.108,65	-15,04
Salários, Remunerações e Benefícios (II)	1.300.707,42	51.584.013,77	-97,48
Décimo Terceiro Salário a Pagar (III)	33.618.294,60	-	-
Férias a Pagar (IV)	32.473.252,86	27.742.094,88	17,05
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR (V)	115.849,25	26.253,63	341,27
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR (VI)	394.879,00	1.160.897,21	-65,99
TOTAL (I + V + VI)	67.902.983,13	80.513.259,49	-15,66

NOTA EXPLICATIVA 7 - FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Registra os valores a pagar aos credores decorrentes de fornecimento de bens/materiais e da prestação de serviços.

O saldo presente nesta conta geralmente se refere a passivos registrados para emissão de empenhos de despesas de exercícios anteriores (DEA) com assistência médica e odontológica do plano de saúde dos servidores do tribunal.

NOTA EXPLICATIVA 8 - PROVISÕES DE CURTO PRAZO

- DAS PROVISÕES PARA RESTOS A PAGAR**

Em 31 de dezembro de 2024, após a baixa dos saldos remanescentes referentes aos empenhos inscritos e reinscritos em Restos a Pagar Não Processados (RPNP) do exercício de 2023, foram constituídas provisões no valor de R\$ 66.161.536,27. Essas provisões correspondem aos empenhos inscritos em RPNP no exercício de 2024, vinculados a despesas cujo fato gerador pode ter ocorrido ao longo do ano, mas cuja confirmação se dará apenas em 2025, por meio da efetiva liquidação da despesa.

O detalhamento dessas provisões encontra-se a seguir:

TABELA 9 – PROVISÕES A CURTO PRAZO - RPNP INSCRITO E REINSCRITO EM 2024

Provisões	Saldo inicial	Adições	Valores Utilizados (RPNP pagos)	Valores não Utilizados (RPNP Cancelados)	Saldo Final
Provisões para Serviços de Terceiros	65.798.759,71	-	58.562.983,26	2.327.429,53	4.908.346,92
Outras Provisões de Curto Prazo	362.776,56	-	315.209,27	154,09	47.413,20
TOTAL	66.161.536,27	-	58.878.192,53	2.327.583,62	4.955.760,12

- DOS PRECATÓRIOS E RPVs**

Em conformidade com o Acórdão TCU nº 1.338/2014 – Plenário e com as orientações da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), estabelecidas por meio do Ofício Circular nº 161/2024/MPO, esta Corte efetuou o registro contábil dos precatórios e das requisições de pequeno valor (RPV)

previstos no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para o exercício de 2025, conforme detalhamento a seguir.:

TABELA 10 – PASSIVOS PARA PRECATÓRIOS E PROVISÃO PARA RPVs*

PREVISTOS NO PLOA 2025

UG	DENOMINAÇÃO	DOC SIAFI	VALOR REGISTRADO (R\$)
170013	Setorial Orçamentária do Ministério da Economia	PRECATÓRIOS - PA578/24 - NS 36318/24	250.509.688,00
170013	Setorial Orçamentária do Ministério da Economia	RPVs – PA735/24 – NS 038798/24	125.625.524,00
TOTAL			376.135.212,00

* Os detalhamentos das contas de controle nesta Corte e os registros nas contas de passivo no Ministério da Fazenda estão apresentados no Anexo VII.

- DOS PRECATÓRIOS DE 2024 NÃO INSCRITOS NO PLOA 2025 (JANELA 3/4 – 31/12/2024)**

Em cumprimento ao disposto no Acórdão TCU nº 1.331/2019, foram registrados os precatórios correspondentes ao período da janela compreendida entre 3 de abril e 31 de dezembro de 2024. Assim como mencionado no item anterior, o detalhamento das contas de controle desta Corte, bem como das contas de passivo sob responsabilidade do Ministério da Fazenda, encontra-se descrito no Anexo VII.:

TABELA 11 – PASSIVOS PARA PRECATÓRIOS DA JANELA

03/04/2024 A 31/12/2024

UG	DENOMINAÇÃO	DOC SIAFI	VALOR REGISTRADO (R\$)
170013	Setorial Orçamentária do Ministério da Economia	PA746/24 – NS 38848/24	130.134.685,72
TOTAL			130.134.685,72

Importante destacar que o saldo remanescente dos passivos da janela de 2023 (3/4 a 31/12/2023), no total de R\$ 88.392.518,66, foi baixado das contas de controle desta Corte em 27/11/2024 devido sua inclusão no PLOA 2025.

Informa-se que no acumulado do presente exercício foram pagos os valores de R\$ 279.337.870,10 de precatórios e R\$ 37.861.650,96 de RPVs.

NOTA EXPLICATIVA 9 – DEMAIS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO

- DOS PRECATÓRIOS DE TERCEIROS**

Compõe o referido grupo a conta Precatórios de Terceiros cujos empenhos correspondentes estão inscritos em restos a pagar processados (RPP) e pendentes de deliberação judicial, vide montante discriminado na tabela abaixo:

TABELA 12 – CONTA PRECATÓRIOS DE TERCEIROS

	2025 (R\$)
Precatórios Inscritos em Restos a Pagar Processados devido a sobrestamento judicial e ainda pendentes de deliberação.	21.032.757,03
Precatórios relacionados com a LOA 2021 pendentes de pagamento.	266.264,92
TOTAL	21.299.021,95

NOTA EXPLICATIVA 10 – DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS LP – CONTA VINCULADA

Em atenção ao Acórdão TCU nº 2713/2023, à Macrofunção STN 021126 (Depósitos em Garantia) e ao Comunica STN nº 2024/3828848, foram contabilizados na conta de ativo deste Órgão, (ver Nota Explicativa 01 – Caixa e Equivalentes – Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados) com reflexo nesta conta de passivo os saldos de conta vinculada depositados em contas bancárias de prestadores de serviços continuados contratados por esta Corte. O saldo atual registrado em passivo de longo prazo é de R\$ 33.402.706,77, destacando que no presente mês há passivo correspondente de curto prazo com saldo de R\$ 16.947.753,52, que somado ao valor registrado em longo prazo perfaz o montante de R\$ 50.350.460,29.

NOTA EXPLICATIVA 11 – DEMAIS RESERVAS E AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

- DEMAIS RESERVAS

É constituída pelas reservas de reavaliação dos bens intangíveis, móveis e imóveis. O grande aumento no saldo deste item decorre de variações significativas nos bens imóveis cuja explicação consta da Nota Explicativa 4 – IMOBILIZADO no item “Avaliação Bens Imóveis”.

- AJUSTES EXERCÍCIO ANTERIORES

A variação observada neste item no decorrer do exercício se deve a emissão e/ou cancelamento de empenhos a pagar com indicação de passivo anterior, os quais são contabilizados diretamente no Patrimônio Líquido na conta de ajuste de exercícios anteriores, sendo o saldo atual positivo em R\$ 9.934.671,87. Destaca-se que a grande diferença observada em relação a final do exercício anterior se deve a reclassificação automática efetuada pela STN em dezembro de 2024 do valor negativo de R\$ 94.394.522,03 da conta de Ajustes de Exercícios anteriores para a conta de Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores.

NOTA EXPLICATIVA 12 – SUPERÁVIT OU DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

O superávit de R\$ 161.576.198,67 indica que a soma dos empenhos a pagar emitidos no exercício corrente com os compromissos inscritos em restos a pagar ao final de 2024 é maior que os recursos financeiros disponíveis para suas liquidações.

A diferença negativa que costuma ocorrer no decorrer do exercício é equalizada com o recebimento gradual das cotas financeiras estabelecidas pela Lei Orçamentária Anual (LOA).

NOTA EXPLICATIVA 13 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS

Refere-se a duas situações descritas a seguir:

1 - Termo de Execução Descentralizada (TED) 003/2024-CJF/STJ que passou a ser registrado no sistema SIAFI pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) em 08/07/2025. Destaca-se que essa TED tem por objeto o custeio dos serviços do Pro-Ser utilizado por beneficiários do CJF através de descentralização orçamentária e financeira de recursos daquele Conselho para este STJ. O saldo atual a ser recebido por esta Corte é de R\$ 25.662.313,93.

2 - Garantias colocadas à disposição do Tribunal quando da assinatura de contratos para prestação de serviços e/ou fornecimentos de bens, sendo o saldo de R\$ 34.314.253,97 distribuído da seguinte forma:

TABELA 13 – SALDOS GARANTIAS

GARANTIAS		
	2025 (R\$)	%
Seguros-Garantia	33.685.490,61	98,17
Fianças	628.763,36	1,83
Cauções	-	-
TOTAL	34.314.253,97	100%

NOTA EXPLICATIVA 14 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS

Os atos potenciais passivos no total de R\$ 696.343.217,50 referem-se aos Termos de Execução Descentralizada (TEDs) e aos contratos firmados entre o Tribunal e terceiros para prestação de serviços e/ou fornecimento de bens, aquisição de seguros e locação de espaços.

A seguir é apresentada a Tabela 14 – Termo de Execução Descentralizada, comparando o exercício atual com o encerramento de 2024 (sendo melhor detalhada no Anexo VI) e a Tabela 15 – Obrigações Contratuais, categorizada por serviços, aluguéis, fornecimentos e seguros.

TABELA 14 – SALDOS DE ENCERRAMENTO

TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA (TEDs)			
	2025 (R\$)	2024 (R\$)	AH (%)
Repassados	71.414.127,54	70.126.780,53	-15,66
A Comprovar	66.941.330,43	63.647.302,73	1,84
Comprovado	4.472.797,11	3.398.286,07	5,18
A Repassar	3.440.536,37	3.455.583,66	31,62
Devolvido	-	168.935,81	-

Extinto	-	-	-
Concluído	-	2.912.255,92	-
TOTAL TEDs FIRMADOS (Repassados + A Repassar)	74.854.663,91	73.582.364,19	1,73

TABELA 15 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS			
ESPECIFICAÇÃO	2025 (R\$)	2024 (R\$)	AH (%)
Contratos de Serviços	664.676.099,34	411.119.256,52	61,67
Contratos de Aluguel	1.699.204,02	2.011.010,77	-15,50
Contratos de Fornecimento de Bens	26.509.433,24	43.577.295,17	-39,17
Seguros	17.944,53	67.568,03	-73,44
TOTAL	692.902.681,13	456.775.130,49	51,69

NOTA EXPLICATIVA 15 – RESULTADO PATRIMONIAL

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD).

As VPAs são reconhecidas quando identificada a possibilidade de que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência.

As VPDs são reconhecidas quando identificada a possibilidade de decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo o regime de competência.

Consta da tabela a seguir a comparação entre o Resultado Patrimonial apurado nos meses de outubro de 2024 e 2025:

TABELA 16 – RESULTADO PATRIMONIAL

	31/10/2025	31/10/2024	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	2.419.785.557,06	2.119.928.614,21	14,14%
Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	2.147.117.096,11	1.923.894.472,90	11,60%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III = I - II)	272.668.460,95	196.034.141,31	39,09%

Para melhor análise do resultado patrimonial, as variações patrimoniais e o desempenho financeiro foram a seguir detalhados:

TABELA 17 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (COMPARATIVO)

	31/10/2025 (R\$)	31/10/2024 (R\$)	AH
(+) VARIAÇÕES PATR. AUMENTATIVAS (I)	2.419.785.557,06	2.119.928.614,21	14,14%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	67.062.807,02	57.121.177,94	17,40%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	2.543.319,11	7.142.370,34	-64,39%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	565,68	1.307,51	-56,74%
Transferências e Delegações Recebidas	2.259.817.166,23	2.029.252.578,18	11,36%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorp de Passivos	26.965.759,78	2.396.589,43	1025,17%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	63.395.939,24	24.014.590,81	163,99%
(-) VARIAÇÕES PATR. DIMINUTIVAS (II)	2.147.117.096,11	1.923.894.472,90	11,60%

Pessoal e Encargos Sociais	890.871.184,17	814.324.482,24	9,40%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	418.137.645,70	390.304.468,21	7,13%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	390.946.758,09	316.225.289,32	23,63%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	10.488,48	5.978,91	75,42%
Transferências e Delegações Concedidas	114.163.586,52	188.073.783,94	-39,30%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorp de Passivos	326.263.075,40	208.238.895,53	56,68%
Tributárias	126.804,52	159.407,56	-20,45%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	6.597.553,23	6.562.167,19	0,54%
RESULTADO PATRIMONIAL DAS VPA E VPD FINANCEIRAS (III = I - II)	272.668.460,95	196.034.141,31	39,09%

- **VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA (VPA)**

- **“Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos”** – A diminuição significativa neste item se deve, em sua maioria, à arrecadação atípica ocorrida em 2024 em virtude de diversos pagamentos de taxas de inscrição no concurso público realizado em 2024 para provimento de cargos de analista judiciário no STJ.

“Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos” – O aumento significativo neste item se deve, em sua maioria, ao cancelamento de saldo em conta de passivo decorrente de anulação parcial de saldo do empenho 2025NE000116.

“Outras Variações Patrimoniais Aumentativas” – O aumento significativo neste item se deve, em sua maioria, a baixa de provisão para empenhos inscritos em restos a pagar não processados que foram liquidados até o fim do mês ora em análise num volume bem maior que no mesmo período do exercício anterior.

- **VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA (VPD)**

“Pessoal, Encargos Sociais” e “Benefícios Previdenciários e Assistenciais” – Corresponde a despesas com folha de pagamento de pessoal que representa entre 75 e 80% do orçamento aprovado na LOA de 2024, cuja variação está relacionada, entre outros, com reajuste salarial autorizado em lei.

“Transferências e Delegações Concedidas” – A redução significativa neste item na comparação entre os meses de outubro de 2024 e 2025 decorre principalmente de cotas devolvidas pelo STJ aos cofres do Tesouro Nacional. Destacando que em 2024 foi devolvido R\$ 50.305.244,41 e, em 2025, R\$ 5.955.230,03.

“Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos” – O aumento significativo neste item decorre majoritariamente do montante expressivo de pagamento de precatórios ocorrido no mês de julho do corrente exercício, no valor total de R\$ 254.810.110,82.

- **DO RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO**

Variação positiva de 39,09% no Resultado Patrimonial do período, na comparação entre os meses de outubro de 2024 e 2025, destacando aumento na VPA: “Outras Variações Patrimoniais Aumentativas” e “Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos”; e redução na VPD: “Transferências e Delegações Concedidas”.

NOTA EXPLICATIVA 16 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

• DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O resultado orçamentário é originado a partir do confronto entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no exercício, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

Ao final do mês, o Balanço Orçamentário registrou um déficit de R\$ 2.222.689.790,88. Esse resultado decorre do fato de que esta Corte não possui competência para a arrecadação de receitas próprias, dependendo exclusivamente dos repasses financeiros efetuados pela União ao longo do exercício fiscal.

• RECEITAS

As receitas realizadas frequentemente ultrapassam de forma significativa as previsões atualizadas. Esse cenário decorre do fato de que o STJ, além de não ser órgão arrecadador, não possui autonomia para revisá-las, conforme disposto no Capítulo 7 – Estimativas de Receitas Orçamentárias do Manual Técnico do Orçamento (MTO) 2024, 8ª edição, publicada em agosto de 2024. A Secretaria do Tesouro Nacional (STN), após consulta realizada por esta Setorial, ratificou tais informações por meio do Comunica SIAFI 2017/1518536.

• DESPESAS CORRENTES, DE CAPITAL E JUDICIAIS

As despesas referentes a pessoal, custeio e obrigações judiciais (precatórios e RPVs) representam a maior parte dos empenhos executados até o período em análise, conforme detalhamento apresentado a seguir.

TABELA 18 – EXECUÇÃO DE DESPESAS POR ELEMENTO

ELEMENTO DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS (R\$)	DESPESAS LIQUIDADAS (R\$)
Aposent. Res. Rem e reformas	402.426.109,93	340.632.123,13
Pensões	75.938.145,43	62.402.246,48
Contrib. entidade fechada previdência	8.500.000,00	8.281.277,28
Out. Benef.assist. do serv. e do militar	7.980.000,00	7.461.583,34
Venc. e vantagens fixas - pessoal civil	766.899.985,31	663.852.863,15
Obrigações patronais	118.320.000,00	105.728.221,84
Diárias - pessoal civil	7.551.324,00	5.394.356,48
Outras despesas variáveis - pessoal civil	6.700.000,00	5.521.793,74
Material de consumo	10.299.379,41	6.617.710,93
Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	1.080,00	360,00
Passagens e despesas com locomoção	10.047.341,65	5.598.068,96
Serviços de Consultoria	2.430.420,82	1.598.078,40
Outros serviços de terceiros – pessoa física	1.532.036,06	1.051.438,93
Locação de mão-de-obra	173.382.467,63	123.928.414,34
Outros serviços de terceiros PJ - op.int.orc.	157.186.157,99	115.735.090,81

Serviços de tecnologia da informação e Comunicação - PJ	102.895.081,52	59.664.722,11
Contribuições	5.660,57	5.435,30
Auxílio-alimentação	59.000.000,00	51.155.141,60
Obrigações Tributárias e contributivas	175.218,87	119.780,95
Auxílio-transporte	25.000,00	17.003,67
Obras e Instalações	1.106.593,40	
Equipamentos e material permanente	19.723.841,28	6.324.158,95
Pensões especiais	67.590,00	56.925,00
Sentenças judiciais	298.578.668,34	298.246.619,59
Despesas de exercícios anteriores	18.282.385,46	16.519.659,61
Indenizações e restituições	10.966.486,77	6.830.960,91
Ressarcimento despesas pessoal requisitado	11.222.385,53	10.722.675,78
Total	2.271.243.359,97	1.903.466.711,28

• DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária no exercício de 2025 apresenta as seguintes informações:

1. O Orçamento aprovado no Congresso Nacional para esta Corte na LOA 2025 (Lei 15.121/2025) é de R\$ 2.247.534.274,00, acrescido no mês de outubro deste exercício com crédito adicional suplementar no valor de 16.316.100,00, do qual, posteriormente, foi anulado o valor de R\$ 2.100.603,00. Assim, o valor da dotação atualizada é de 2.261.749.771,00 (2.247.534.274,00 + 16.316.100,00 – 2.100.603,00);
2. As dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de débitos relativos a precatórios e requisições de pequeno valor, indicadas na LOA 2025 e em créditos adicionais, são integralmente descentralizadas pelo órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal ao STJ, conforme comandos do art. 34 da Lei n. 15.080/2024 – LDO;
3. Até o momento, as movimentações externas de crédito estão classificadas como destaques recebidos, sendo majoritariamente destinadas ao pagamento de precatórios e RPVs. Por outro lado, os destaques concedidos a outros órgãos são geralmente utilizados para a execução dos Termos de Execução Descentralizada (TEDs), como, por exemplo, o custeio de imóveis funcionais do Senado cedidos aos Ministros desta Corte. Além disso, foram concedidas provisões à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), totalizando R\$ 21.468.025,00 até o fim do período em análise;
4. Não houve bloqueio de créditos para contingenciamento, até a presente data;

Consta no Anexo VIII a evolução da execução orçamentária em 2025 detalhada nesta Unidade Orçamentária (UO) 11101;

5. As despesas de pessoal não executadas orçamentariamente no mês de competência, tendo como base as informações constantes dos Relatórios de Gestão Fiscal quadrimestrais, apresentam saldo de R\$ 2.109.045,27 referente a outubro de 2025.

- **DO RESULTADO EXTRAORÇAMENTÁRIO**

No quadro “Da Execução dos Restos a Pagar não Processados”, a soma dos restos a pagar de exercícios anteriores e daqueles inscritos em 31/12/2024 totaliza R\$ 93.299.377,48, dos quais cerca de 89,47% foram pagos e 3,26% cancelados.

TABELA 19 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Restos a Pagar não Processados de 2024	R\$ 91.965.914,22
Restos a Pagar não Processados Reinscritos	R\$ 1.333.463,26
TOTAL	R\$ 93.299.377,48

No quadro “Da Execução de Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados”, a soma dos restos a pagar de exercícios anteriores e daqueles inscritos em 31/12/2024 totaliza R\$ 89.003.479,63, dos quais cerca de 71,88% foram pagos e 0,06% cancelados.

TABELA 20 – RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Restos a Pagar Processados de 2024	R\$ 40.462.899,49
Restos a Pagar Processados Reinscritos	R\$ 48.540.580,14
TOTAL	R\$ 89.003.479,63

Em relação aos restos a pagar processados e não processados liquidados no presente exercício, destacamos os seguintes saldos:

- R\$ 1.835.303,61 refere-se ao empenho 2015NE000342 ainda não pago em decorrência de pendências judiciais em desfavor do CNPJ 071xxxxx/0001-96;
- R\$ 21.032.757,03 relaciona-se ao Empenho 2020NE001215, referente a sentenças judiciais de competência de 2020 que não foram pagas em virtude de pendência judicial ainda não deliberada.
- R\$ 266.264,92 relaciona-se ao Empenho 2021NE000934, referente a sentenças judiciais de competência de 2021 que não foram pagas em virtude de pendência judicial ainda não deliberada.

O artigo 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que o Relatório de Gestão Fiscal quadrimestral deve conter, entre outras informações, o demonstrativo da disponibilidade de caixa e dos restos a pagar, abrangendo despesas liquidadas, empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo disponível. O Relatório de Gestão Fiscal desta Corte pode ser acessado no seguinte endereço: <https://transparencia.stj.jus.br/auditoria-e-prestacao-de-contas/relatorios-de-gestao/>.

NOTA EXPLICATIVA 17 – RESULTADO FINANCEIRO

O **resultado financeiro** é composto pela soma dos seguintes componentes:

- Resultado orçamentário: diferença entre receitas e despesas orçamentárias;
- Resultado das transferências financeiras: diferença entre os valores recebidos e os concedidos;
- Resultado extraorçamentário: diferença entre os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários, incluindo os restos a pagar.

Ao final de outubro de 2025, conforme demonstrado na tabela a seguir, o resultado financeiro apresentou saldo positivo, refletindo um desempenho superior ao observado no mesmo período de 2024. Esse crescimento foi impulsionado, principalmente, pela redução nas transferências financeiras realizadas e pelo aumento nos ingressos extraorçamentários.

Destaques do Balanço Financeiro

- Sub-repasse Devolvido: houve uma redução significativa nesse item. Em 2024, a ENFAM devolveu ao STJ o montante de R\$ 3.483.627,58 referente aos sub-repasses recebidos ao longo do exercício. Em 2025, esse valor caiu para R\$ 786.458,44.
- Movimentação de Saldos Patrimoniais: em 26/02/2024, o STJ recebeu, por engano, da Caixa Econômica Federal, o valor de R\$ 6.000.000,00, referente a custas judiciais destinadas ao Supremo Tribunal Federal (STF). O ressarcimento foi efetuado ao STF por meio do registro de arrecadação 2024RA000157 no sistema SIAFI.

TABELA 21 – RESULTADO FINANCEIRO

	31/10/2025 (R\$)	31/10/2024 (R\$)	AH (%)
Receita Orçamentária (I)	48.553.569,09	42.079.114,74	15,39
Despesa Orçamentária (II)	2.271.243.359,97	2.098.014.638,83	8,26
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (III = I - II)	-2.222.689.790,88	-2.055.935.524,09	8,11
Transferências Financeiras Recebidas (IV)	2.259.600.126,43	2.029.198.684,68	11,35
Transferências Financeiras Concedidas (V)	105.588.823,23	182.491.105,33	-42,14
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS (VI = IV - V)	2.154.011.303,20	1.846.707.579,35	16,64
Recebimentos Extraorçamentários (VII)	440.426.583,27	446.474.443,39	-1,35
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	175.679.222,53	175.430.461,77	0,14
RESULTADO EXTRAORÇAMENTÁRIO (IX = VII - VIII)	264.747.360,74	271.043.981,62	-2,32
RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (X = III+VI+IX)	196.068.873,06	61.816.036,88	217,18

NOTA EXPLICATIVA 18 – GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa corresponde à variação líquida entre os fluxos de entrada e saída de recursos ao longo do período. Ao final do período ora em análise, essa variação foi positiva representando um aumento significativo em relação ao mesmo período do exercício anterior, vide tabela a seguir:

TABELA 22 – GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA

Geração Líquida de Caixa	31/10/2025	31/10/2024
Atividades Operacionais	238.262.533,80	176.014.238,11
Atividades de Investimento	-42.193.660,74	-114.198.201,23
Total	196.068.873,06	61.816.036,88

- **DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS**

O aumento verificado no fluxo de caixa das atividades operacionais durante o período em análise, conforme demonstrado na tabela acima, decorre, principalmente, de dois fatores:

- O crescimento das transferências financeiras recebidas, resultado de um orçamento maior em 2025 na comparação com 2024;
- A redução nas transferências financeiras concedidas, com destaque para a diminuição da cota devolvida à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), significativamente superior em 2024 frente ao valor devolvido em 2025, conforme detalhado na Nota 15.

- **DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO**

A redução observada nos desembolsos do fluxo de caixa das atividades de investimento se deve basicamente a uma aquisição maior de ativos não circulantes em 2024, em especial bens móveis (informática e veículos de tração mecânica), em comparação com o mesmo período de 2025.

Anexos

ANEXO I - RECURSOS FINANCEIROS DISTRIBUÍDOS POR FONTES

FONTE	31/10/2025 (R\$)	AV
1000 – Recursos Livres da União	538.972.162,28	92,3800%
1001 – Recursos Livres da Seguridade Social	277.241,56	0,0475%
1027 – Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	8.474.038,97	1,4525%
1050 – Recursos Próprios Livres da UO	5.605.568,91	0,9608%
1052 – Recursos Livres da UO	1.294.155,17	0,2218%
1056 – Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social	27.014,70	0,0046%
1138 – Melhoria da Prestação Jurisdicional	3.901.569,22	0,6687%
1444 – Demais. Aplic. Autor. p/ Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro, excetuados o Refinanciamento da Dívida Pública	21.032.757,03	3,6050%
1491 – Recursos Diversos	-	-
3000 – Recursos Livres da União – Exercícios Anteriores (Créditos Extraordinários)	3.104.013,18	0,5320%
3050 – Recursos Livres da União (Exercícios Anteriores)	740.800,90	0,1270%
TOTAL	583.429.321,92	100,000%

ANEXO II - RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE ALMOXARIFADO – RMA

MOVIMENTAÇÃO ATÉ 31/10/2025 (R\$)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO INICIAL	ENTRADA		SAÍDA	SALDO FINAL
		ORÇAMENTÁRIA	EXTRAORÇ.		
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	-	928.392,45	37.307,76	965.700,21	-
Combustíveis e Lubrif. para Outras Finalidades	-	-	-	-	-
Explosivos e Munições	-	-	-	-	-
Gás e Outros Materiais Engarrafados	-	456,00	-	456,00	-
Gêneros de Alimentação	-	1.282.274,20	65.474,42	1.347.748,62	-
Material Farmacológico	-	43.700,26	-	43.700,26	-
Material Odontológico	5.623,50	57.300,86	2.125,00	55.956,44	9.092,92
Material Químico	4.320,00	3.905,52	-	3.781,00	4.444,52
Material Educativo e Esportivo	-	5.818,26	4.380,85	10.199,11	-
Material para Festividades e Homenagens	28,50	16.739,35	-	16.760,35	7,50
Material para Expediente	178.379,02	241.879,50	60.255,63	187.387,90	293.126,25
Material de Processamento Dados	86.993,42	497.570,14	572.661,46	1.068.255,23	88.969,79
Material de Acondicionamento e Embalagem	38.395,94	27.416,58	157,25	23.782,24	42.187,53
Material de Cama, Mesa e Banho	-	2.430,00	-	2.430,00	-
Material de Copa e Cozinha	26.193,47	146.294,70	56.910,91	165.862,79	63.536,29
Material de Limpeza e Prod. de Higienização	452.034,05	869.867,85	48.736,40	1.075.922,39	294.715,91
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	-	40.048,28	11.655,18	51.703,46	-
Material para Manutenção de Bens Imóveis	443.362,22	727.845,64	687.530,69	1.234.665,74	624.072,81
Material para Manutenção de Bens Móveis	164.304,79	55.446,11	263.530,05	371.855,65	111.425,30
Material Elétrico e Eletrônico	1.306.102,24	768.439,06	1.120.629,98	1.310.463,92	1.884.707,36
Material de Manobra e Patrulhamento	-	-	956,00	956,00	-
Material de Proteção e Segurança	13.991,71	62.222,74	54.168,22	116.430,29	13.952,38
Material para Áudio, Vídeo e Foto	1.238,85	13.643,62	-	13.742,40	1.140,07
Material para Comunicações	866.372,62	2.007,12	-	180.598,62	687.781,12
Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	-	-	-	-	-
Material Hospitalar	62.687,47	68.654,55	7.149,80	107.459,59	31.032,23
Material para Manutenção de Veículos	-	619.877,24	118.834,08	738.711,32	-
Material p/ Utilização em Gráfica	2.528,24	4.114,68	7.053,00	6.534,60	7.161,32
Ferramentas	9.360,83	1.563,65	-	2.652,45	8.272,03
Material p/ Reabilitação Profissional	-	-	-	-	-
Material de Sinalização Visual e Outros	4.562,28	8.353,40	-	8.353,40	4.562,28
Material Para Divulgação	-	-	-	-	-
Bandeiras, Flamulas e Insígnias	-	19.608,80	3.787,59	6.091,13	17.305,26
Outros Materiais de Consumo	1.047,24	12.170,00	-	13.217,24	-
	3.667.526,39	6.528.040,56	3.123.304,27	9.131.378,35	4.187.492,87
*Material Bibliográfico	3.449.469,67	113.172,74	29.225,93	-	3.591.868,34

* Destaca-se que o item Material Bibliográfico tem suas entradas e saídas lançadas no relatório RMA do sistema Administra, mas não compõe o saldo final de estoque. No sistema SIAFI, o seu saldo é registrado na conta 12311.99.10 (Material de Uso Duradouro) pertencente ao grupo de Bens Móveis, que não tem relação com o RMA.

ANEXO III - RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE BENS – RMB

MOVIMENTAÇÃO ATÉ 31/10/2025 (R\$)									
CONTA CONTÁBIL	BENS MÓVEIS	SALDO INICIAL	ENTRADA		SAÍDA	DEPRECIÇÃO	REAV.	RED. AO VALOR RECUPERÁVEL	SALDO FINAL
			ORÇAMENTÁRIA	EXTRAORÇAMENTÁRIA					
123110505	Aeronave	7.315,94	-	-	-	-	-	-	7.315,94
123110101	Aparelhos Medição e Orientação	44.983,84	-	-	88,20	-	-	-	44.895,64
123110102	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	2.307.311,31	1.593,00	333.510,00	-	-	-	-	2.642.414,31
123110103	Aparelhos Médicos e Odontológicos	681.747,58	30.373,86	10.295,06	244,95	163,02	-	-	722.008,53
123110104	Aparelhos Esportes e Diversão	8.049,49	-	-	206,88	-	-	-	7.842,61
123110301	Aparelhos e Utensílios Domésticos	1.119.330,15	35.023,00	-	47.042,47	12.820,02	-	-	1.094.490,66
123110900	Armamentos	352.182,67	-	-	-	-	-	-	352.182,67
123110402	Coleções e Materiais Bibliográficos	956.209,60	-	-	-	-	-	-	956.209,60
123110105	Equipamentos de Segurança	3.779.711,86	-	3.912.512,88	12.899,21	3.616,60	-	-	7.675.708,93
123110106	Equipamentos Industriais	14.858,62	22.872,99	-	-	-	-	-	37.731,61
123110107	Equipamentos Energéticos	117.029,79	-	-	-	-	-	-	117.029,79
123110108	Equipamentos Gráficos	80.160,39	34.236,52	-	223,90	-	-	-	114.173,01
123110405	Equipamentos de Áudio, Vídeo e Foto	13.597.308,66	144.961,99	5.073,09	54.415,63	19.770,62	-	-	13.673.157,49
123110125	Máquinas, Aparelhos e Equip. Diversos	85.324,90	19.490,00	20.850,00	7.110,69	1.040,40	-	-	117.513,81
123110201	Material de TIC*	9.553.118,22	3.998,00	-	285.121,79	29.582,84	-	-	9.242.411,59
123110302	Máquinas e Utensílios de Escritório	78.118,07	-	-	11.309,88	4.827,23	-	-	61.980,96
123110201	Ativos de Rede*	25.237.050,30	5.690.000,00	2.900.295,48	-	-	-	-	33.827.345,78
123110109	Máquinas e Ferramentas de Oficina	85.928,85	-	-	703,82	-	-	-	85.225,03
123110121	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	7.512,34	-	-	-	-	-	-	7.512,34
123110201	Computadores*	36.308.801,52	-	23.800,00	-	-	-	-	36.332.601,52
123110303	Mobiliário em Geral	9.442.699,17	321.689,59	212.730,39	78.458,58	9.016,61	-	-	9.889.643,96
123110201	Servidores (Storage)*	34.373.873,21	-	8.720.000,00	-	-	-	-	43.093.873,21
123110406	Obras de Arte	7.280.886,69	-	8.790,00	-	-	-	-	7.289.676,69
123110201	Impressoras*	359.217,10	-	-	-	-	-	-	359.217,10
123110201	Telefonia*	708.731,31	-	-	101.382,70	10.256,52	-	-	597.092,09
123110501	Veículos Diversos	131.489,14	19.920,00	18.199,74	10.884,82	2.659,90	-	-	156.064,16
123119909	Peça não Incorporáveis ao Imóvel	2.321,79	-	-	-	-	-	-	2.321,79
123110503	Veículos de Tração Mecânica	17.884.486,01	-	2.853.914,03	546.741,78	155.699,22	-	-	20.035.959,04
123119999	Outros Materiais Permanentes	31,46	-	-	-	-	-	-	31,46
TOTAL		164.605.789,98	6.324.158,95	19.019.970,67	1.156.835,30	249.452,98	-	-	188.543.631,32

*Por incompatibilidade entre o SIAFI e o Sistema de Gestão Patrimonial do STJ, os saldos destes grupos encontram-se na conta “Equipamento de Tecnologia da Informação de Comunicação/TIC”.

ANEXO IV - BENS EM PODER DE TERCEIROS, CEDIDOS A OUTROS ÓRGÃOS E EM PROCESSO DE LOCALIZAÇÃO

BENS EM PODER DE TERCEIROS	VALOR DE ENTRADA (R\$)	VALOR LÍQ. CONTÁBIL (R\$)
Sala da AGU	8.490,48	1.798,07
Sala da Defensoria Pública da União	17.760,70	6.484,88
Sala da Engemil	487.972,65	149.625,87
Sala da Gráfica Digital	113.883,72	48.751,67
Sala da RCS Tecnologia	145.119,83	77.126,60
Sala da Staefa	63.007,74	26.040,33
Sala dos Estoquistas	94.607,44	54.813,43
Uniserve Com. e Serviços Terceirizados Ltda – ME	23.720,74	26.891,51
Estúdio Fotográfico	385.050,32	245.761,46
GSI Serviços Especializados Ltda	53.630,52	33.052,51
Plansul Planejamento e Consultoria EIRELI	6.016.439,47	1.145.272,39
Eletrocontrole Engenharia LTDA	51.979,60	29.050,71
Restaurante	835.690,13	151.576,28
TOTAL	8.297.353,34	1.996.245,71
CEDIDOS A OUTROS ÓRGÃOS	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR TOTAL GERAL (R\$)
Supremo Tribunal Federal	14.500,00	1.149,80
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás	325.670,00	6.209,22
Tribunal de Justiça do SP Fórum Criminal Barra Funda	33.780,00	21.683,65
Ministério das Relações Exteriores (MRE)	284.713,50	93.009,49
TOTAL	658.663,50	122.052,16
EM PROCESSO DE LOCALIZAÇÃO	VALOR DE ENTRADA (R\$)	VALOR LIQ CONTÁBIL (R\$)
Diversos	82.763,82	14.409,39

ANEXO V - DOS BENS IMÓVEIS

IMOBILIZADO						
ESPECIFICAÇÃO	RIP	Saldo 31/12/2024	Reavaliação	Baixa a Valor Recuperável	Saldo 31/10/2025	Depreciação Acumulada
Sede do STJ - SAF Sul Qd 06 Lote 01	9701052595007	300.671.049,26	1.074.059.044,92		1.374.730.094,18	(115.601,44)
Sede Clube ASSTJ - SCES Trecho 1 Lt 1-B	9701052675000	1.204.623,40	77.637.469,58		78.842.092,98	(55,19)
Garagem - SGON q.2 Lts 10 e 20	9701002515000	1.441.747,89	8.883.747,84		10.325.495,73	(100,61)
Garagem - SGON q.3 Lts 50 e 80	9701158125004	4.982.490,97	9.985.168,67		14.967.659,64	(260,22)
Terreno - SCEES Trecho 3 Lt 07	9701337945006	79.807.348,29		(33.153.486,69)	46.653.861,60	
Armazém/Galpões - SGON q. 4 Lt 5	9701237085005	2.703.454,76	21.267.472,45		23.970.927,21	(82,36)
Residencial - 01	9701030675008	1.444.955,79	1.681.748,21		3.126.704,00	(261,43)
Residencial - 02	9701030685003	1.444.955,79	1.681.748,21		3.126.704,00	(261,43)
Residencial - 03	9701030705004	513.573,80	818.549,30		1.332.123,10	(109,97)
Residencial - 04	9701032295008	1.088.984,73	1.272.209,10		2.361.193,83	(200,22)
Residencial - 05	9701032335000	2.017.741,85	654.870,65		2.672.612,50	(222,99)
Residencial - 06	9701034625005	2.280.045,66		(565.810,70)	1.714.234,96	(126,78)
Residencial - 07	9701035425000	1.013.063,26	1.215.439,80		2.228.503,06	(191,55)
Residencial - 08	9701040635009	784.617,72	1.364.236,95		2.148.854,67	(181,02)
Residencial - 09	9701044705001	462.062,91	373.428,63		835.491,54	(58,24)
Residencial - 10	9701047815002	716.646,29	784.643,23		1.501.289,52	(124,68)
Residencial - 11	9701047865000	903.476,94	1.029.354,60		1.932.831,54	(161,50)
Residencial - 12	9701048065007	1.714.419,05	958.193,45		2.672.612,50	(222,99)
Residencial - 13	9701048915000	614.716,37	704.165,04		1.318.881,41	(109,13)
Residencial - 14	9701050875002	1.594.660,36	2.741.238,11		4.335.898,47	(136,68)
Residencial - 15	9701050905009	1.889.807,32	3.127.305,90		5.017.113,22	(192,61)
Residencial - 16	9701224595000	2.009.985,81	3.527.128,01		5.537.113,82	(153,76)
Residencial - 17	9701335775006	1.119.982,87	1.123.991,83		2.243.974,70	(188,88)
TOTAL		412.424.411,09	1.214.891.154,48	(33.719.297,39)	1.593.596.268,18	(119.003,68)

ANEXO VI - TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR REG.*	VALORES REPASSADOS**	SALDO ATUAL A REPASSAR
1AAFSW	STJ-UNB 05/2021 Mestrado em Direito para Servidores do STJ	3.638.643,45	2.951.377,54	687.265,91
1AAHYB	STJ-STF 02/2022 TV Justiça	59.646,65	19.405,10	40.241,55
1AAIEP	STJ-SF 03/2022 Biblioteca Digital STJ p/ Senado Federal	288.945,93	260.019,93	28.926,00
1AAIFY	STJ-FUB 01/2022 Capacitação/Mestrado	800.000,00	800.000,00	-
1AAQES	CNJ-STJ 001/2023 Melhorias na Informatização do Processo Judicial	60.000.000,00	60.000.000,00	-
1AAQGW	STJ-CJF 001/2023 Serviços Gráficos	1.400.000,00	375.828,37	1.024.171,63
1AATXQ	STJ-STF 01/2024 TV e Rádio Justiça	460.065,00	460.065,00	-
1AAWSY	STJ-SF Nº 001/2025 - Desp. Imóveis Funcionais	1.155.720,72	383.635,09	772.085,63
699768	STJ-SF 01/2020 Ressarc. Desp. Imóveis Funcionais	2.626.638,00	2.626.638,00	-
969128	STJ-UNB 02/2024 Mestrado Profissional	1.371.549,36	1.371.549,36	-
979564	STF-UFPEL 005/2025 Restauração da Obra	3.053.454,80	2.165.609,15	887.845,65
TOTAL		74.854.663,91	71.414.127,54	3.440.536,37

* Valores Registrados (71221.02.01)

** Valores Repassados (81221.02.02 + 81221.02.03)

*** Destaca-se que, do total repassado de R\$ 1.941.191,73, o valor de R\$ 138.981,92 foi devolvido pela UNB junto com a prestação de contas final da TED 698340, vide nota de sistema 2024NS026237.

ANEXO VII - PASSIVOS DE PRECATÓRIOS

PREVISTOS NA LOA 2025

CONTA DE CONTRLE NO STJ		VALOR REGISTRADO (R\$)
89991.04.04 – Precatórios a Pagar – Poder judiciário		250.509.688,00
89991.04.06 – RPV a Pagar – Poder Judiciário		125.652.524,00
89991.04.08 – PSSS Patronal a Recolher		17.419.696,52
Total		393.581.908,52
CONTAS DE PASSIVO NO MINISTÉRIO DA FAZENDA	VPD	VALOR REGISTRADO (R\$)
21111.03.00 – Precatórios de Pessoal	31111.09.00 – Ativo RPPS	66.510.131,38
21111.03.00 – Precatórios de Pessoal	31131.09.00 – Ativo Militar	365.092,26
21111.03.00 – Precatórios de Pessoal	32111.09.00 – Inativo RPPS	46.747.200,30
21111.03.00 – Precatórios de Pessoal	32211.09.00 – Pensionista RPPS	25.628.398,73
21111.03.00 – Precatórios de Pessoal	32231.03.00 – Pensionista Militar	17.910.372,24
21891.13.00 – Precatórios de Terceiros	33231.11.00 – Serviços de Terceiros PJ	5.043.585,85
21891.13.00 – Precatórios de Terceiros	33221.10.00 – Serviços de Terceiros PF	88.304.907,24
Subtotal Registro de Precatórios		250.509.688,00
21791.03.00 – Provisões Sentenças Judiciais – RPVs	39791.99.00 – VPD Outras Provisões	125.652.524,00
21792.03.00 – Provisões Sentenças Judiciais – Patronal	39792.99.00 – VPD Outras Provisões Intra	17.419.696,52
Total		393.581.908,52

03/04/2024 A 31/12/2024

CONTA DE CONTRLE NO STJ		VALOR REGISTRADO (R\$)
89991.04.04 – Precatórios a Pagar – Poder judiciário		130.134.685,72
CONTAS DE PASSIVO NO MINIST. DA FAZENDA	VPD	VALOR REGISTRADO (R\$)
22111.02.00 – Precatórios de Pessoal LP	31111.09.00 – Ativo RPPS	18.110.077,85
22111.02.00 – Precatórios de Pessoal LP	31131.09.00 – Ativo Militar	1.211.757,66
22111.02.00 – Precatórios de Pessoal LP	32111.09.00 – Inativo RPPS	13.629.387,23
22111.02.00 – Precatórios de Pessoal LP	32131.09.00 – Inativo Militar	5.038.903,24
22111.02.00 – Precatórios de Pessoal LP	32211.09.00 – Pensionista RPPS	2.270.604,53
22111.02.00 – Precatórios de Pessoal LP	32231.03.00 – Pensionista Militar	1.389.127,27
22891.10.00 – Precatórios de Terceiros LP	33231.11.00 – Serviços de Terceiros PJ	5.321.716,60
22891.10.00 – Precatórios de Terceiros LP	33221.10.00 – Serviços de Terceiros PF	83.163.111,34
Total Precatórios a Pagar – Poder Judiciário (Janela)		130.134.685,72

ANEXO VIII - EXECUÇÃO DA LOA 2025

TOTAL AUTORIZADO		R\$ 2.261.749.771,00					
	PREVISTO (R\$)	EXECUTADO (R\$)	SALDO EXEC %				
PROGRAMA							
0033 – Programa de Gestão e Manutenção do Judiciário	2.223.780.500,00	1.973.862.958,54	88,76%				
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	11.214.676,00	10.867.590,00	96,91%				
0999 - Reserva de Contingência	26.754.595,00	-	0,00%				
FUNÇÃO							
02 – Judiciária	1.720.788.939,00	1.502.998.320,22	87,34%				
09 - Previdência Social	502.991.561,00	470.864.638,32	93,61%				
28 - Encargos Especiais	11.214.676,00	10.867.590,00	96,91%				
99 - Reserva de Contingência	26.754.595,00	-	0,00%				
SUBFUNÇÃO							
061 - Ação Judiciária	440.018.808,00	372.552.002,19	84,67%				
122 - Administração Geral	920.175.072,00	807.486.747,30	87,75%				
128 - Formação de Recursos Humanos	23.662.553,00	13.944.309,19	58,93%				
272 - Previdência do Regime Estatutário	502.991.561,00	470.864.638,32	93,61%				
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	196.746.193,00	193.915.261,54	98,56%				
846 - Outros Encargos Especiais	151.400.989,00	125.967.590,00	83,20%				
999 - Reserva de Contingência	26.754.595,00	-	0,00%				
GRUPO DE DESPESA							
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.578.003.442,00	1.401.086.212,55	88,79%				
3 - Outras Despesas	571.371.739,00	540.984.724,67	94,68%				
4 – Investimentos	112.374.590,00	42.659.611,32	37,96%				
9 - Reserva de Contingência	-	-	-				
FONTE POR GRUPO DE DESPESA							
Fonte	1 – PESSOAL	3 – O.D.C	4 – INVEST.	9 – RES.	TOTAL	EXECUTADO	AH
1000	1.285.545.856,00	557.156.242,00	112.374.590,00	-	1.955.076.688,00	1.680.189.286,71	85,94%
1027	-	12.449.585,00	-	-	12.449.585,00	12.083.675,83	97,06%
1050	-	73.654,00	-	-	73.654,00	-	-
1052	-	175.674,00	-	-	175.674,00	-	-
1056	292.457.586,00	-	-	-	292.457.586,00	292.457.586,00	100,00%
1138	-	1.516.584,00	-	-	1.516.584,00	-	-
TOTAL	1.578.003.442,00	557.156.242,00	112.374.590,00	-	2.261.749.771,00	1.984.730.548,54	87,75%

ANEXO IX – INTANGÍVEIS COM VIDA ÚTIL DEFINIDA

SOFTWARE	VIDA ÚTIL (MESES)	VALOR DE AQUISIÇÃO	TAXA DE AMORTIZAÇÃO MENSAL	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR CONTÁBIL INICIAL	VALOR CONTÁBIL FINAL
AUTODESK 3DS MAX 2020 COMERCIAL	37	21.866,43	-	590,98	591,15	-
WMWARE VREALIZE SUITE STANDARD	57	670.826,08	-	11.768,87	70.614,22	-
WMWARE VREALIZE SUITE STANDARD UPGRADE	59	41.926,63	-	710,62	12.791,21	5.685,01
ADOBE CREATIVE CLOUD CCE ETLAES DE TIC	36	862.200,00	-	23.950,00	23.950,00	-
ADOBE ACROBAT PRO DC CCE ETLA	36	548.460,00	-	15.235,00	15.235,00	-
ADOBE CAPTIVATE ETLA ENTERPRISE TERM	36	19.989,99	-	555,27	555,54	-
		2.165.269,13	-	- 2.159.584,12	123.737,12	5.685,01

* A seção responsável foi acionada para se manifestar sobre o motivo do software AUTODESK 3DS MAX ter sua amortização estagnada desde maio de 2024 e dos softwares WMWARE, normal e upgrade, estarem registrados com vidas úteis de 57 e 59 meses respectivamente, uma vez que no registro do intangível consta vida útil de 60 meses.



STJ SUPERIOR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA